

2 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTARIO OPERACIONAL

2.1 Planejamento Organizacional

As ações da SEPIN sob sua responsabilidade finalística constituem o eixo principal de seu **Planejamento Organizacional**. São eles:

- (a) incentivo à capacitação tecnológica e competitividade do setor de tecnologias da informação;
- (b) promoção da capacidade tecnológica em microeletrônica e circuitos integrados;
- (c) incentivo à competitividade com foco em inovação tecnológica para o setor de software e serviços de TI; e
- (d) coordenação e fomento de ações para o desenvolvimento da Internet e de novas demandas da sociedade e do próprio governo relativas às tecnologias da informação.

Com base em suas responsabilidades finalísticas a SEPIN desenvolveu, em parceria com a ENAP, um Planejamento Estratégico 2015-2019, configurando-se como um instrumento em que a Secretaria externa sua visão de futuro e torna públicos seus objetivos e ações que pretende executar para atingi-los. O Planejamento Estratégico da SEPIN pode ser visualizado no seguinte endereço eletrônico:

http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/363043/Planejamento_Estrategico_da_SEPIN.html

Com todas as dificuldades administrativas do ano de 2015 (tais como: troca de Ministro do MCTI, troca de Secretário da SEPIN e troca do Diretor de Departamento da SEPIN) foram desenvolvidas ações com vistas a cumprir os objetivos estratégicos e o alcance das metas estabelecidas no Planejamento Estratégico.

Os Objetivos Estratégicos propostos no Planejamento Estratégico da SEPIN estão em conformidade com a Estratégica Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012-2015, que elegeu, dentre outros, alguns programas prioritários para impulsionar a economia brasileira (**tecnologias da informação e comunicação**, fármacos e complexo, industrial da saúde, petróleo e gás, complexo industrial da defesa, aeroespacial, e áreas relacionadas com a economia verde e o desenvolvimento social) e define, ainda, estratégias de consecução, metas e estimativas de financiamento para atingimento das metas.

A SEPIN como gestora de políticas públicas baseadas em renúncias tributárias (Lei nº 8.248/91 – Lei de Informática e Lei nº Lei nº 11.484/07 (dispõe sobre incentivos às indústrias de equipamentos para TV Digital e de componentes eletrônicos semicondutores e sobre a proteção à propriedade intelectual das topografias de circuitos integrados), sempre buscou dar publicidade e transparência em suas ações, seja através de seminários e outros eventos com a comunidade interessada seja através de divulgação em sua página na Internet. Entretanto, face à complexidade de suas tarefas (tecnologias digitais), deficiências de pessoal e restrições orçamentárias, tem apresentado sistematicamente legados de projetos apresentados pelas empresas incentivadas, pendentes de análise, como pode ser observado no item 5.3. Avaliação de benefícios fiscais por meio de Relatórios Demonstrativos (RDs) – Tabela 10, do Anexo I – AGRE.

2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

Objetivos PPA 2012-2015

Quadro – Objetivo PPA 0486

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO

Descrição	Promover a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação em Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e Microeletrônica.				
Código	0486	Órgão	24000 – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação		
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação		Código	2021	

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
Objetivo não possui metas com esta classificação.						

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
Objetivo não possui metas com esta classificação.						

METAS QUALITATIVAS	
Sequencial	Descrição da Meta
1	Apoiar a implantação de 2 laboratórios-fábrica na área de semicondutores orgânicos e componentes avançados
2	Constituir, no país, 4 Design Houses (DHs) nacionais, com pelo menos 500 projetistas no total
3	Desenvolver e fortalecer competências e habilidades para o setor de TIC em pelo menos 35.000 profissionais

Quadro – Objetivo PPA 0853

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO					
Descrição	Incentivar a implantação de indústrias competitivas de componentes e equipamentos eletrônicos, com ênfase no desenvolvimento local, e promover a produção de software, conteúdos digitais interativos e serviços de TI, para posicionar o País como exportador relevante do setor.				
Código	0853	Órgão	24000 – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação		
Programa	Desenvolvimento Produtivo		Código	2055	

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
Objetivo não possui metas com esta classificação.						

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
Objetivo não possui metas com esta classificação.						

METAS QUALITATIVAS	
Sequencial	Descrição da Meta
1	Investir R\$ 1 bilhão de reais em nova capacidade instalada em componentes eletrônicos

2.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico:

O Planejamento Estratégico da SEPIN foi aprovado e divulgado no mês de agosto de 2015, e mesmo havendo mudança na alta administração da SEPIN (troca de Secretário e Diretor), buscou-se o cumprimento e execução do mesmo.

O Mapa Estratégico foi distribuído para todas as unidades da secretaria e foi dado conhecimento a todos Servidores da Organização.

Na sua execução a SEPIN fará, caso necessário, ajustes de correção ou atualização do Mapa Estratégico, podendo inclusive, estabelecer novos objetivos, metas e indicadores.

Está prevista a primeira etapa de avaliação do Planejamento Estratégico da SEPIN para o primeiro semestre de 2016.

2.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

Conforme já mencionado o Planejamento Estratégico da SEPIN adotou como eixo fundamental de seu Planejamento Estratégico, as seguintes diretrizes:

- (a) incentivo à capacitação tecnológica e competitividade do setor de tecnologias da informação;
- (b) promoção da capacidade tecnológica em microeletrônica e circuitos integrados;
- (c) incentivo à competitividade com foco em inovação tecnológica para o setor de software e serviços de TI; e
- (d) coordenação e fomento de ações para o desenvolvimento da Internet e de novas demandas da sociedade e do próprio governo relativas às tecnologias da informação.

O Planejamento Estratégico da SEPIN pode ser visualizado no seguinte endereço eletrônico: http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/363043/Planejamento_Estrategico_da_SEPIN.html

2.1.4 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

A SEPIN com sua nova administração está elaborando um modelo de gestão (Planejamento Organizacional) tendo como referência as metodologias PMI e COBIT.

No Plano Tático desenvolveu as seguintes ações:

I – proposição de medidas de aperfeiçoamento de mecanismos de gestão das políticas sob responsabilidade da SEPIN/MCTI, com foco inicial no aperfeiçoamento do mecanismo de estímulo a P&D com respaldo nos programas prioritários estabelecidos pelo CATI;

II – Revisão do Decreto nº 5.906/06, com vistas de adequação à Lei nº 13.023/2014, com ênfase nos tópicos relativos às contrapartidas de investimentos em P&D e proposição de novos indicadores, de caráter menos acadêmicos e mais adequados à realidade da indústria local, com vistas a colher-se uma melhor avaliação dos resultados alcançados com a ampliação dos investimentos;

III – Publicação de Resolução CATI nº 01/2015, estabelecendo as tecnologias Digitais Prioritárias;

IV – Defesa junto à Administração da manutenção de tratamento diferenciado a bens com tecnologia desenvolvida no País no Poder de compra do setor público (margem de preferência),

como um instrumento relevante para o incentivo ao desenvolvimento tecnológico no campo das TICs, em alinhamento com prática largamente adotada em países que destacam-se pela inovação nesse setor no plano internacional.; e

V – Apoio ao MRE na estruturação da linha de defesa (e elaboração de documento para subsidiar a comitiva brasileira) do País em contencioso movido pela União Europeia e Japão, junto à Organização Mundial do Comércio – OMC, contra políticas públicas nacionais de estímulo à P&D no setor de TIC, fundamentadas no mecanismo de incentivo fiscal.

No Plano Operacional desenvolveu as seguintes ações:

I – acompanhamento do cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas no Planejamento Estratégico;

II – proposição de ações para o atendimento às determinações do TCU, mais especificamente aos Acórdãos nºs 458 (adoção do relatório simplificado para a elaboração dos RDAs e melhoria da eficiência da Câmara Temática interministerial para Pleitos de Concessão CTI-PC) e 837/2014 (aperfeiçoamento de regramentos para o custeio de projetos de PD& com recursos dos programas prioritários);

III – início da implementação do projeto com o CTI-RA, que trata da avaliação dos RDAs pelo citado centro de P&D.

2.2 Desempenho Orçamentário

2.2.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

Quadro – Ação da SEPIN na LOA 2015

Identificação da Ação						
Código	20UT					
Título	Estímulo a Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Tecnologias da Informação e Comunicação.					
Iniciativa	01MN – Promoção do desenvolvimento de bens e serviços de TIC para aplicações avançadas em áreas estratégicas					
Objetivo	0486 - Promover a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação em Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e Microeletrônica.					
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação		Código: 2021		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	240116 – Secretaria de Política de Informática					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3.195.706	2.845.706	1.307.800	7.800	2.020.148	0	1.300.000
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado

Projeto Apoiado			Unidade	9	6	3
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
349.950	1.997.880	0	Projeto Apoiado	Unidade		

Fonte: SIOP – SEPIN/MCTI – março/2015

2.2.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Cenário de contingenciamento orçamentário

2.2.3 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

Nenhuma obrigação assumida sem o respectivo crédito autorizado no orçamento.

2.2.4 Restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro – Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2015
2014	0,00			0,00
2013	0,00			0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2015
2014	2.061.950,30		1.997.880,00	64.070,00
2013	1.998.139,00		1.998.139,00	0,00

Fonte: SIAFI Gerencial/CGOF/MCTI – março/2016

2.3 Execução descentralizada com transferência de recursos

Resumo dos Instrumentos Celebrados pela SEPINnos três últimos Exercícios

Instrumentos Celebrados pela SEPINnos três últimos Exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Secretaria de Política de Informática					
UG/GESTÃO:	24116					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Convênio /Termo de Parceria	0	2	3	1.240.000	5.299.465	8.326.520
Termo de Cooperação (TED)	2	6	9	100.000	599.000	2.160.500
Termo Compromisso de	0	0	0	0	0	0

Totais	1	8	12	1.340.000	5.898.465	10.487.020
---------------	----------	----------	-----------	-----------	-----------	------------

Fonte: SIAFI SEPIN/MCTI – março/2016.

Resumo da **prestação de contas** sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Transferências concedidas pela UPC

		Unidade Concedente ou Contratante				
Nome:		Secretaria de Política de Informática				
UG/GESTÃO:		24116				
Exercício da Prestação de Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos			
			(Quantidade e Montante Repassado) (em R\$ 1,00)			
			Convênios / Termo de Parceria	Contratos de Repasse	Termo de Execução Descentralizada	
EXERCÍCIO DO RELATÓRIO DE GESTÃO	Contas Prestadas	Quantidade	7	0	8	
		Montante Repassado	6.307.203	0	2.729.108	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	0	
		Montante Repassado	0	0	0	
EXERCÍCIOS ANTERIORES	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	11	
		Montante Repassado	0	0	6.015.776	

Fonte: CONTROLE SEPIN/MCTI – março/2016.

Situação da **análise das contas prestadas** no exercício de referência do relatório de gestão

Contas prestadas no exercício de referência

		Unidade Concedente ou Contratante			
Nome:		Secretaria de Política de Informática			
UG/GESTÃO:		24116			
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos			
		Convênios / Termo de Parceria	Contratos de Repasse	Termo de Execução Descentralizada	
Contas Analisadas	Quantidade aprovada	6	0	8	
	Quantidade reprovada	0	0	0	
	Quantidade de TCE instauradas	0	0	0	
	Montante Repassado (R\$)	2.809.064	0	2.729.108	
Contas NÃO Analisadas	Quantidade	1	0	0	
	Montante Repassado	3.498.139	0	0	

Fonte: SEPIN/MCTI – março/2016.

Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos

Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:	Secretaria de Política de Informática				
UG/GESTÃO:	24116				
Instrumentos da transferência	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios / Termo de Parceria	0	0	0	0	1
Contratos de repasse	0	0	0	0	0
Termo de Execução Descentralizada	0	0	0	0	4

Fonte: CONTROLE SEPIN/MCTI – março/2016.

Análise Crítica:

A SEPIN realiza a gestão e controle das transferências realizadas e as devidas prestações de contas dos instrumentos, por meio de sua **Unidade Estratégica Orçamentária e Financeira – UEOF**, que executa, monitora e solicitações das prestações de contas dos instrumentos a medida do término de suas vigências.

A UEOF da SEPIN é um corpo dentro da entidade organizacional à qual são atribuídas várias responsabilidades relacionadas ao gerenciamento centralizado e coordenado das transferências sob o domínio da SEPIN. As responsabilidades da UEOF podem variar desde fornecer funções de suporte ao gerenciamento dos projetos (transferências) até ser responsável pelo gerenciamento direto de um projeto.

No âmbito da SEPIN a unidade (célula) executora da formalização e controle dos projetos possui uma autoridade delegada para atuar como parte de suporte gerencial durante as fases de iniciação, execução e encerramento de cada projeto, fazendo recomendações ou ainda tomando outras medidas conforme a necessidade para manter os objetivos da gestão consistentes. Além disso, a unidade executora da SEPIN está envolvida na seleção, no gerenciamento e na mobilização de recursos de projetos compartilhados ou dedicados. Dando suporte aos gerentes de projetos de diversas maneiras, que incluem mas não se limitam a:

- Gerenciamento de recursos compartilhados entre todos os projetos desenvolvidos pela SEPIN;
- Identificação e desenvolvimento de metodologia, melhores práticas e padrões de gerenciamento de projetos;
- Orientação, aconselhamento e apoio as coordenações da SEPIN;
- Monitoramento da execução de políticas, procedimentos, formulários e outras documentações compartilhadas dos projetos;
- Coordenação das comunicações entre projetos;
- Monitoramento da conformidade com as políticas, procedimentos e normas padrões do serviço público;
- Apoio aos gestores com informações para elaboração do Relatório de Gestão.

Ao verificar que alguma transferência está inadimplente a SEPIN encaminha Ofício, solicitando a Prestação de Contas em atraso e monitora as respostas dos beneficiários.

É possível verificar, pela evolução da quantidade de contas analisadas no exercício do Relatório de Gestão, que houve um avanço neste requisito, uma vez que a equipe de servidores efetivos, vem se capacitando e melhorando seus controles para análise das prestações de contas refletindo em uma maior agilidade e efetividade dos procedimentos adotados.

Quanto a capacidade de fiscalização in loco dos planos de trabalho contratados, verificamos ainda que poucos instrumentos de **Termo de Execução Descentralizada** trazem relatórios de fiscalização, apesar de que em 100% dos eventos neste tipo de modalidade serem acompanhados por servidores da SEPIN.

2.3.1 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

A SEPIN realiza a gestão e controle das transferências realizadas e as devidas Prestações de Contas (PC) dos instrumentos, por meio de sua Unidade de Execução orçamentária e Financeira – UEOF, que executa, monitora e solicitações das prestações de contas dos instrumentos a medida do término de suas vigências.

Ao receber as Prestações de Contas a UEOF, encaminha a PC para a área técnica responsável pela emissão do Parecer Técnico, auxiliando com modelos, orientações normativas e de sistema.

2.3.2 Informações sobre a execução das despesas

Despesas totais por modalidade de contratação

Despesas totais por modalidade de contratação

Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
2. Contratações Diretas (h +i)	7.800,00	X	7.800,00	X
h) Dispensa	7.800,00	X	7.800,00	X
6. TOTAL	7.800,00	X	7.800,00	X

Fonte: SIAFI Gerencial/CGOF/MCTI – março/2016.

Despesas por grupo e elemento de despesa

Despesas por grupo e elemento de despesa

Unidade Orçamentária: SEPIN			Código UO: 240116					
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
3. Outras Despesas Correntes	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
41.CONTRIBUIÇÕES	1.240.000	1.799.705	0	1.799.705	1.240.000	0	0	1.799.705
18. AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	0	279.000	0	0	0	279.000	0	0
20. AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	60.000	65.720	0	45.720	60.000	20.000	0	45.720
39. OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ	7.800	0	7.800	0			7.800	
DEMAIS ELEMENTOS DO GRUPO		125.673,14		74.772,84		50.950,30		50.950,30

Fonte: SIAFI Gerencial/CGOF/MCTI – março/2015.

2.3.3 Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal
NÃO SE APLICA

2.4 Renúncia de receitas

As tabelas a seguir apresentam um panorama geral das renúncias de receita sob gestão da SEPIN. Os dados referem-se apenas à Lei de Informática (Lei nº 8.248/91), pois as renúncias oriundas da Lei nº 11.484/20 07 (PADIS e PADTV) não são significativas, quando comparadas com as daquela lei.

Valores renunciados e respectiva contrapartida;

A Tabela a seguir apresenta os valores de renúncia fiscal e investidos em atividades de P&D em contrapartida à fruição dos incentivos da Lei 8.248/91. Trata-se de valores declarados pelas empresas incentivadas em seus Relatórios Demonstrativos Anuais, cuja situação de análise é apresentada na Tabela 10 – Estoque de RDAs.

Tabela 2 – Valores Renunciados e Contrapartida do benefício fiscal –

Ano-base*	Volume da renúncia de receitas (IPI** dispensado)	Contrapartida (Investimento em P&D)	% do faturamento do setor incentivado**
2007	2.759.024.026,52	601.112.385,86	21,79%
2008	3.183.618.199,26	715.555.049,31	22,48%
2009	3.074.245.778,11	653.933.494,18	21,27%
2010**	3.570.764.389,32	841.700.000,00	23,57%
2011**	3.771.522.961,36	920.478.211,83	24,41%
2012**	4.482.198.330,85	1.159.864.400,50	25,88%
2013**	4.934.898.641,60	1.479.127.424,62	29,97%
2014**	5.207.255.216,98	1.590.593.739,92	30,54%
TOTAIS	30.983.527.544,00	7.962.364.706,22	25,70%

** O aumento verificado no “% do faturamento do setor incentivado” a partir do ano de 2010, se deve à elevação do percentual de contrapartida para o setor de Microinformática, estabelecido pela Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010.

- *Contribuintes beneficiados pela renúncia: (2014 - Empresas habilitadas)*
- Relação de empresas no Anexo II.
- *Beneficiários da contrapartida da renúncia tributária; (2014 - Instituições credenciadas pelo CATI)*
- Relação de instituições no Anexo III.
- *Programas orçamentários financiados com contrapartida de renúncia de receita tributária;*
- Não Houve.

Os Quadros a seguir apresentam informações gerais sobre as renúncias fiscais da Lei de Informática (Lei nº 8.24/91), bem como uma análise crítica de sua importância para a capacitação tecnológica e competitividade do setor produtivo, na área de Tecnologia da Informação e Comunicação.

QUADRO I– Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ – Renúncias Tributárias Estimadas e Quantificadas pela UJ

Tributo	Legislação	Natureza da Renúncia (LRF, art. 14, § 1º)	Objetivos Socioeconômicos	Contrapartida Exigida	Prazo de Vigência	Medidas de Compensação
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados	- Leis nºs 8.248/2001, 10.176/2001, 11.077/2004, e 13.023/2014- Decreto nº 5.906/2006	Redução/Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	Capacitação tecnológica e competitividade do setor de tecnologias da informação.	Investimento em atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação;- Atendimento ao Processo Produtivo Básico – PPB; - Implantação do sistema de qualidade; e - Implantação do programa de participação nos lucros ou resultados da empresa.	31/12/2029	Depósitos no FNDCT – Débitos decorrentes da não realização, total ou parcial, em atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação.
PIS/PASEP, COFINS, IPI, CIDE, II-Imposto de Importação	Lei nº 11.484/2007. - Decretos nºs 6.233 e 6.234 de 11/10/2007	Redução/Isenção do PIS/PASEP, COFINS, IPI, CIDE, - Imposto de Importação (*)	Dispõe sobre os incentivos às indústrias de equipamentos para TV Digital e de componentes eletrônicos semicondutores e sobre a proteção à propriedade intelectual das topografias de circuitos integrados, instituindo o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores – PADIS e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de	- Investimento em atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação; - Atendimento ao Processo Produtivo Básico – PPB; - Implantação do sistema de qualidade; e - Implantação do programa de participação nos lucros ou resultados da empresa.	PADIS – 22/01/2022 PATVD – 22/01/2017	Depósitos no FNDCT – Débitos decorrentes da não-realização, total ou parcial, em atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação
			Equipamentos para a TV Digital – PATVD			

Fonte: SEPIN – Secretaria de Política de Informática

Valores Renunciados e Contrapartida

QUADRO II - Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida (Valores R\$ Mil)

Valores	2015		2014		2013	
	Estimativa	Efetivo	Estimativa	Efetivo	Estimativa	Efetivo
Renúncia	5.000.000,00	---	5.300.000,00	5.207.000,00	4.400.000,00	4.482.000,00
Contrapartida	1.200.000,00	---	1.350.000,00	1.294.000,00	1.200.000,00	1.095.021,36
Medidas de Compensação (*)	---	114.000,00	---	102.720,00	-----	72.516,00

Valor Renunciado por Tributo

QUADRO III - Valores Renunciados por Tributo e Gasto Tributário – 2014-2012 (Valores em Milhões R\$)

Tributo Contribuição Gasto Tributário	2014		2013		2012	
	Renúncia	Medidas de	Renúncia	Medidas de	Renúncia	Medidas de

Redução ou Isenção do	Efetivo	Estimado	Compensação	Efetivo	Estimado	Compensação	Efetivo	Estimado	Compensação
IPI	5.207,00	5.300,00	102,72(*)	4.934,00	4.016,00	89,84	4.482,00	4.482,00	88,76

*A Lei de Informática (Lei nº 8.248/91) concede benefício fiscal da redução ou isenção do IPI, para bens de informática e como compensação, as empresas incentivadas devem realizar depósitos trimestrais no FNDCT, com base no faturamento com os bens incentivados.

Contribuintes Beneficiados

- Relação de contribuintes beneficiados pela Renúncia (Empresas habilitadas). Vide Anexo II

- Quantidade de contribuintes beneficiados pela Renúncia (Empresas habilitadas) por Estado. Vide Quadro a seguir:

QUADRO IV – Contribuintes Beneficiados pela Renúncia (Empresas habilitadas) por Estado.

(Valores em R\$ mil)

UF	2014		2013		2012	
	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado
AC	-	-	-	-	1	-
AL	-	-	-	-	2	-
AM	-	-	-	-	-	-
AP	-	-	-	-	-	-
BA	32	68.000.836,90	30	110.276.858,06	40	126.803.374,95
CE	8	38.675.453,56	8	26.423.564,02	6	22.206.976,35
DF	2	434.168,85	2	1.515.374,02	8	89.257,26
ES	1	-	1	-	-	-
GO	1	174.648,66	1	149.921,94	2	-
MA	-	-	-	-	-	-
MG	91	238.721.033,17	80	280.241.621,87	68	241.407.848,14
MS	1	868.719,17	1	8.509,09	-	-
MT	1	9.615,90	1	400.824,45	-	2.315.464,83
PA	-	-	-	-	1	-
PB	4	9.751.380,97	4	10.838.939,99	5	8.791.226,03
PE	8	9.413.258,00	6	8.751.391,67	4	19.065.422,17
PI	-	-	-	-	-	-
PR	89	409.264.980,48	71	455.702.828,62	41	160.500.753,79
RJ	5	1.511.493,99	3	1.422.602,22	8	1.242.081,28
RN	-	-	-	-	3	-
RO	1	-	1	-	-	-
RR	-	-	-	-	-	-
RS	54	550.294.834,78	49	470.074.666,85	44	438.336.330,75
SC	72	126.107.239,38	32	109.614.692,28	47	133.308.453,18
SE	1	9.697.390,42	1	6.007.300,55	3	6.486.433,87
SP	251	3.744.330.162,75	221	3.453.469.819,01	204	3.322.000.937,96
TO	-	-	-	-	-	-
TOTAL	623	5.207.255.216,98	533	4.934.898.641,64	487	4.482.554.560,56

Fonte: SEPIN – Secretaria de Política de Informática (*) – dados não disponíveis para o ano base de 2015.

Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária

- Relação de beneficiários da contrapartida da Renúncia (Instituições credenciadas pelo CATI).

Vide Anexo III.

- Quantidade de beneficiários da contrapartida da Renúncia (Instituições credenciadas pelo CATI) por Estado.

QUADRO V – Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – por Estado

UF *	2014 (*)		2013		2012	
	Quantidade	Valor Aplicado	Quantidade	Valor Aplicado	Quantidade	Valor Aplicado
AC	1	10.285.609,37	-	-	-	-
AL	-	-	1	90.230,00	1	160,05
AM	-	-	2	1.333.603,11	-	-
AP	-	-	-	-	-	-
BA	9	20.770.208,40	10	28.658.666,85	11	25.834,30
CE	11	63.341.354,34	11	69.770.871,11	10	42.242,61
DF	8	48.161.609,58	10	42.554.859,59	8	30.669,90
ES	1	91.286,08	1	0,00	1	477,48
GO	1	379.665,37	1	317.656,56	1	78,00
MA	2	673.485,43	1	200.521,42	1	170,03
MG	8	11.373.799,87	8	15.705.667,37	14	13.791,38
MS	1	389.300,00	1	306.815,00	1	236,38
MT	-	-	-	-	-	-
PA	1	1.081.641,75	1	1.120.637,46	1	2.220,90
PB	5	20.870.792,45	4	23.483.457,77	5	9.232,92
PE	6	151.319.870,12	7	93.437.815,35	6	78.595,53
PI	-	-	-	-	-	-
PR	9	26.149.917,81	8	55.859.553,59	5	27.218,60
RJ	4	4.965.597,57	4	4.758.162,25	3	3.728,23
RN	4	1.175.381,00	1	102.000,00	1	72,00
RO	-	-	-	-	-	-
RR	-	-	-	-	-	-
RS	15	15.481.015,33	15	19.962.104,94	12	13.595,32
SC	11	8.799.943,22	10	7.493.404,47	7	8.815,66
SE	1	145.756,28	1	0,00	1	-
SP	29	268.932.365,55	29	344.556.168,55	29	253.067,79
TO	-	-	-	-	-	-
TOTAL	127	654.748.599,52	126	709.712.195,84	118	510.389,15

* Há Instituições de Ensino, Pesquisa e Desenvolvimento, como Beneficiárias da Contrapartida Renúncia.

Prestações de Contas de Renúncia de Receitas

QUADRO VI – Prestações de Contas de Renúncia de Receitas (Processos Apresentados, Analisados, Aprovados)
Valores em Milhões R\$

Situação	2014		2013		2012	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
PC não Apresentadas	59	-	42	-	31	-
PC Aguardando Análise	485	1.590,59	418	1.479,13	397	1.159,87
PC em Análise	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	36	-	84	-	65	-

Fonte: SEPIN – Secretaria de Política de Informática

Nota: PC – Processo (Relatório Demonstrativo Anual - RDA)

Comunicações à RFB

QUADRO VII – Comunicações à RFB (Pareceres Técnicos de análise de RDA encaminhados à RFB)

Renúncia	2015				2014				2013			
	Comunicações		Valores Indevidamente Renunciados		Comunicações		Valores Indevidamente Renunciados		Comunicações		Valores Indevidamente Renunciados	
	Susp.	Canc.	Susp.	Canc.	Susp.	Canc.	Susp.	Canc.	Susp.	Canc.	Susp.	Canc.
IPI	52	46	-	-	44	39	-	-	28	46	-	-

Nota: **Susp.** Número de empresas que tiveram seus incentivos Suspensos.

Canc. Número de empresas que tiveram seus incentivos Cancelados.

Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas (*)

- Indicadores baseados na geração de empregos diretos pelas empresas incentivadas e percentual da Renúncia em Relação do Produto Interno Bruto (PIB).

QUADRO VIII – Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas

Ano	Metas				Renúncia/PIB (%)	Geração de empregos	
	Descrição	Indicador	Prev.	Real.		Nac.	Diretos
2015*	-	-	-	-	0,103*	120.000*	-
2014	-	-	-	-	0,106	130.000	-
2013	-	-	-	-	0,106	124.501	-

Fonte: SEPIN – Secretaria de Política de Informática (*) – dados estimados para o ano base de 2015.

Renúncia Tributária – Análise Crítica.

A SEPIN tem como atribuição a gestão das públicas e ações voltadas para o setor de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no Brasil. Tais políticas têm como objetivo a capacitação tecnológica e a competitividade do setor, promovendo as atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação com o aumento da participação dos investimentos privados e a integração das instituições científicas e tecnológicas.

O instrumento fundamental para promover a realização de PD&I pelo setor produtivo são **os incentivos fiscais apoiados em ações de estímulo**: à indústria local de bens e serviços; ao desenvolvimento das cadeias produtivas associadas; à capacitação e formação de recursos humanos; à consolidação e atração de empresas; e complementado por investimentos e compras governamentais. Tais ações tem contribuído para o fortalecimento tecnológico e inovador da indústria local, a geração de empregos em todo o território nacional e distribuição regional de investimentos de pesquisa e desenvolvimento.

Os instrumentos legais que orientam as atribuições e responsabilidades da SEPIN são:

- i) Lei nº 8.248/1991, Lei nº 10.176/2001, Lei nº 11.077/2004 e Lei nº 13.023/2014 (Leis de incentivos fiscais para o setor de Informática);
- ii) Lei nº 9.609/1998 (Lei de Software);
- iii) Lei nº 11.484/2007, (dispõe sobre incentivos às indústrias de equipamentos para TV Digital e de componentes eletrônicos semicondutores e sobre a proteção à propriedade intelectual das topografias de circuitos integrados); e

iv) Decreto nº 4.829/2003 (cria o Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGIbr e dispõe sobre o modelo de governança da Internet no Brasil).

Os efeitos e resultados dessa política podem ser vistos na Tabela 3 – **Materialidade e relevância do setor e da política pública**, que compõem o Anexo I - AGRE.

Também, ainda, como resultados das aplicações em Atividades de P&D (Projetos executados em convênio com Instituições de Ensino, Pesquisa e desenvolvimento), com Recursos da Lei de Informática, contrapartida pela fruição dos incentivos, a tabela a seguir mostra a distribuição regional e indicadores de resultados.

Região do País	Ano de Aplicação - Valores em R\$				Indicadores de Resultados (2011 a 2013)	
	2011	2012	2013	Total	Patentes	Publicações Técnicas
Nordeste	84.176.549,19	140.344.423,74	189.589.012,9	414.109.985,83	69	208
Centro Oeste	18.625.411,95	22.432.303,90	39.203.796,73	80.261.512,58	4	8
Norte	1.569.687,17	2.067.104,59	1.333.603,11	4.970.394,87	0	16
Sul	27.741.634,96	38.549.591,12	67.700.237,44	133.991.463,52	38	114
Sudeste	229.774.676,27	240.667.591,68	322.346.904,54	792.789.172,49	46	116
Total Brasil	361.887.959,54	444.061.015,03	620.173.554,72	1.426.122.529,29	157	462

Fonte: Secretaria de Política de Informática/SEPIN

Com relação às instituições de ensino, pesquisa e desenvolvimento localizadas na região Nordeste, em função da legislação, o volume aplicado nas instituições públicas é significativo o que se reflete no montante de publicação técnicas, pois nestas instituições, em geral, atuam grupos de pesquisa em temas avançados.

As instituições de ensino, pesquisa e desenvolvimento localizadas na região Norte do Brasil captam um volume de recursos bem menor que aquelas situadas nas demais regiões do País. Esse comportamento pode ser explicado pelo fato de os grupos de pesquisa em TIC ainda estão em consolidação. E além do mais, os grupos de pesquisa de maior relevância situam-se na cidade de Manaus, que já contam com recursos para aplicação em P&D em TIC com amparo na Lei nº 8.387/91.

A Tabela a seguir apresenta outros indicadores de resultados que consideramos mais apropriados para avaliar os efeitos positivos dessa política, na medida que denotam o fortalecimento da base tecnológica do setor de TIC nacional.

Resultados	2013	2014
Produtos com Tecnologia Nacional	380	410
Empregos Gerados nas Empresas	124.500	130.000
Faturamento das Empresas com Tecnologia Nacional	R\$ 5,0 Bilhões	R\$ 7,4 Bilhões
Exportações das Empresas com Tecnologia Nacional	R\$ 751 Milhões	R\$ 715 Milhões
Exportações das Empresas sem Tecnologia Nacional	R\$ 447 Milhões	R\$ 188 Milhões
Valor das Obrigações em Aplicação em P&D	R\$ 1,5 Bilhão	R\$ 1,5 Bilhão
RH de Nível Superior em Atividades de P&D nas Empresas	5.891	5.896
RH de Nível Superior em Atividades de P&D nas Instituições Credenciadas pelo CATI	8.278	8.983

Convém ressaltar o volume de exportações de bens com tecnologia nacional, mesmo sem contar com o respaldo de uma política pública de apoio a essas empresas, em geral de pequeno ou médio porte. Essas empresas contam apenas com o suporte da lei de Informática, que não inclui instrumentos específicos de apoio ao comércio exterior.

Outro indicador que mostra com firmeza os resultados dessa política, são os Centros Privados de P&D em TIC, criados com os recursos da contrapartida à fruição dos incentivos fiscais da Lei de Informática, num total de 30, dentre os quais destamos:

Centro de P&D	Recursos captados da Contrapartida da Lei de Informática(*)			
	2011	2012	2013	2014
Instituto Eldorado	92.727.911,54	82.265.508,45	147.470.635,94	133.800.000,00
SIDI - Samsung Instituto de Desenvolvimento para a Informática	71.366.046,24	83.370.875,81	86.158.587,23	39.090.000,00
C.E.S.A.R - Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife	38.695.482,04	44.668.264,48	59.931.019,25	69.920.000,00
Venturus Centro de Inovação Tecnológica	24.821.615,20	32.045.672,42	46.308.137,91	36.050.000,00
Centro Internacional de Tecnologia de Software - CITS	34.268.345,43	25.966.386,43	32.830.850,26	28.200.000,00
FIT - Flextronics Instituto de Tecnologia	21.093.361,65	22.604.274,54	35.389.262,47	26.110.000,00
Brisa -	13.984.746,75	16.943.540,93	25.880.371,76	23.490.000,00
Fitec - Fundação para Inovações Tecnológicas	16.388.191,07	19.403.392,41	18.668.647,42	9.980.000,00
Instituto Atlântico	7.675.280,90	9.548.266,57	12.940.185,88	14.800.000,00
CPqD	8.327.017,09	6.600.215,11	10.778.528,39	12.810.000,00
Instituto Recôncavo de Tecnologia	7.861.849,18	6.159.115,72	4.471.609,80	4.370.000,00
Centro de Pesquisas Avançadas Wernher von Braun – Von Braun	4.788.954,69	6.871.238,76	2.939.696,46	1.620.000,00
TOTAL	341.998.801,78	356.446.751,63	483.767.532,77	400.240.000,00

* A SEPIN vem orientando as instituições a reduzirem sua dependência com relação à Lei de Informática.

2.4.1 Informações e resultados da política de renúncia de receitas praticadas pela unidade

Para realizar a gestão das renúncias tributárias, referentes às Leis nºs 8.248/91 e 11.484/2007, a SEPIN dispõe de duas Coordenações Gerais, cujas finalidades e competências estão detalhadas no item 1.3 deste Relatório.

O Anexo Especial sobre Gestão de Políticas de Renúncias de Receitas – AGRE encontra-se em anexo e contém todas as informações correspondentes a esse item, para o período de 2007 a 2014.

Planejamento estratégico da unidade **SECRETARIA DE POLÍTICA DE INFORMÁTICA (SEPIN/MCTI)**

a) Descrição do plano estratégico que orienta sua atuação, identificando os objetivos estratégicos para o exercício de referência do relatório de gestão, as revisões ocorridas desde a elaboração, as estratégias adotadas para sua realização e para o tratamento dos riscos envolvidos;

Durante o ano de 2015 (do mês de janeiro ao mês de agosto) a SEPIN desenvolveu, em parceria com a ENAP, seu Planejamento Estratégico para o período 2015-2019, configurando-se como um instrumento em que a Secretaria externa sua visão de futuro e torna públicos seus objetivos e ações que pretende executar para atingi-los. O Planejamento Estratégico da SEPIN pode

A seguir apresentamos tabela destacando os Objetivos Estratégicos, os Indicadores e as Metas para o ano de 2015, estabelecidos no Planejamento Estratégico da SEPIN.

Objetivos Estratégicos	Indicadores	Metas
Tornar o Setor de TIC inovador e competitivo.	Investimentos em projetos de P&D no âmbito da LI;	Crescimento de 2,0%/ano, com uma base R\$ 1,50 Bilhão (2015).
	Exportações de bens de TIC com tecnologia nacional (Portaria 950)	Expansão do montante com exportações, de U\$ 30,0 milhões (2015) para U\$ 40,0 milhões.
Assegurar um Ecossistema robusto de ciência, tecnologia e inovação em TIC.	Investimentos em P&D pela LI em Instituições credenciadas pelo CATI	Ampliar o volume recursos anuais, de R\$ 740 milhões (2015) para R\$ 790 milhões
Disponibilizar Bens e serviços de TIC para aplicações avançadas em áreas estratégicas.	Bens com tecnologia desenvolvida no País, para aplicações avançadas nos segmentos de energia e automação industrial	Crescimento da disponibilidade, de 20 e 22 soluções nacionais, em energia e automação industrial, respectivamente, para um patamar de 25 em ambos os segmentos.
Fortalecer a implementação de políticas públicas para o setor de TIC	Número de empresas apoiadas no âmbito do Programa Startup Brasil	De: 85, para: >= 100.
	Número de produtos certificados no âmbito do Programa CERTICS	De: 20, para: >= 25
	Número de capacitações em nível profissional e tecnológico no âmbito do Programa Brasil Mais TI (valor acumulado)	De: 200 mil (2014), para: 300 mil
	Valor anual dos novos investimentos em plantas fabris do setor de microeletrônica	De: R\$ 100 milhões (2014), para: R\$ 200 milhões
	Número de RH qualificados no âmbito do Programa CI Brasil	Ampliação, de uma base de 700, para 770 (engenheiros especializados no projeto de circuitos integrados).

Missão: Promover o desenvolvimento de tecnologias da informação e comunicação para fortalecer o Brasil na economia digital e na sociedade do conhecimento.

Visão de Futuro: Ser referência internacional em políticas públicas de TIC, contribuindo para que o Brasil seja uma das economias mais competitivas e inovadoras.

Recomendações Estratégicas

A SEPIN, com base em estudos setoriais, informações obtidas nos relacionamentos institucionais, e mesmo, experiência de seu corpo técnico, identificou no seu Planejamento Estratégico um conjunto de Recomendações que, na sua avaliação, caso concretizadas, podem impactar positivamente o ecossistema nacional de C,T& I em TIC.

Neste sentido, como ações para fortalecer a capacidade local de inovação e desenvolvimento, a SEPIN/MCTI recomenda:

- Viabilizar o acesso de empresas nacionais aos regimes alfandegários diferenciados, com vistas a aumentar suas competitividades;
- Criar regime especial, aos moldes do PADIS, direcionado para empresas que desenvolvam tecnologia do setor de TIC no País;
- Gerar encomendas tecnológicas, com recursos do PADSTI, nos Centros de Excelência de Pesquisa e Desenvolvimento em TIC;

- Propor instrução normativa ou portaria, que discipline as condições para fruição conjunta dos incentivos da Lei de Informática e da Lei do Bem, pela mesma empresa, gerando segurança jurídica para o setor industrial de TIC;
- Viabilizar no País rede temática de serviços tecnológicos com ênfase na implantação de laboratórios de referência para certificação de equipamentos, software e serviços associados tendo como referência padrões internacionais;
- Ampliar o escopo dos projetos desenvolvidos, no âmbito da contrapartida de aplicação em atividades de P&D em TIC, para incluir linhas de pesquisa em segurança cibernética, manufatura avançada e internet das coisas;
- Fomentar, no âmbito do Programa PNM (design), projetos de circuitos integrados com vistas a ampliar a competitividade dos bens desenvolvidos e produzidos no País.

b) Avaliação sobre os estágios de implementação do planejamento estratégico, destacando os avanços observados no exercício de referência do relatório de gestão e as perspectivas em relação aos próximos exercícios;

A implementação do Planejamento Estratégico da SEPIN, em 2015, não prosperou como o planejado por motivos alheios, tais como:

- O Plano foi aprovado e divulgado em agosto de 2015;
- Saída do Diretor da SEPIN em setembro de 2015;
- Troca do Secretário da SEPIN em novembro de 2015;
- Dificuldades financeiras do Ministério.

Para o ano de 2016 e seguintes continuará tendo problemas para implementar seu Planejamento Estratégico, mas alguns objetivos serão alcançados.

c) Informações sobre as gestões realizadas junto à Secretaria-Executiva do MCTI e outras instâncias (a exemplo de Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria da Receita Federal, entre outros) com o objetivo de aprimorar a operacionalização das políticas de renúncia de receitas sob responsabilidade da UPC.

Ações junto à RFB estão em andamento e continuarão no ano de 2016, com vistas ao acesso de informações das empresas incentivadas pela SEPIN,

Ações junto à Secretaria-Executiva do MCTI a visando o aprimoramento da operacionalização das políticas de renúncia de receitas sob responsabilidade da SEPIN, tiveram continuidade em 2015, conforme a seguir:

- conclusão dos trabalhos do GT constituído pela Portaria SEXEC/MCTI nº 25, de 11 de novembro de 2014, para atender as determinações do Acórdão 3695/2013 – TCU/Plenário.
- apoio na continuidade do Contrato de Serviço Técnico junto ao Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (CTI - RA), para fins de avaliação de Relatórios Demonstrativos Anuais da Lei de Informática (RDAs).

d) Informações sobre as principais conquistas obtidas junto à Secretaria-Executiva do MCTI e outras instâncias (a exemplo de Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria da Receita Federal entre outros) em relação a medidas externas de apoio ao aprimoramento da operacionalização das políticas de renúncia de receitas sob responsabilidade da UPC, decorrentes de gestões realizadas em exercícios anteriores.

Foi firmado Acordo de Cooperação entre o MCTI e o MTE, por meio da SEPIN da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do MTE. A CGTE/SEPIN tem mantido conversação com a Receita Federal do Brasil, com vista a firmar acordo semelhante.

e) Informações sobre medidas concretas de atuação e envolvimento da alta direção (diretores, coordenadores e secretários) para consecução de objetivos relacionados às políticas de renúncia de receitas.

O ano de 2015 foi prejudicado pela saída do Diretor em setembro e pela troca do Secretário ocorrida em novembro. Além do mais a SEPIN sofreu com o contingenciamento de recursos naquele ano.

SECRETARIA DE POLÍTICA DE INFORMÁTICA (SEPIN/MCTI) Discriminar, para cada objetivo estratégico estabelecido pela SEPIN para as políticas de renúncias de receitas sob sua gestão:

a) Identificação do objetivo estratégico, especificação da autoridade responsável pelo acompanhamento e pela consecução das metas (nome completo e denominação do cargo ocupado) e definição geral do objetivo estratégico, a qual deverá evidenciar ao menos um indicador vinculado que seja capaz de mensurar o objetivo estratégico;

3.1. Objetivo Estratégico nº 1

Descrição

Nome do objetivo	Tornar o Setor de TIC inovador e competitivo
Responsável	Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação – CGTE/SEPIN
Definição geral	
Esse objetivo almeja que seja ampliado o atendimento da demanda interna por bens inovadores, desenvolvidos no Brasil, e que sejam potencializadas as exportações e o surgimento de marcas nacionais globais.	

Objetivo Estratégico nº 2

Nome do objetivo	Fortalecer a implementação de políticas públicas para o setor de TIC
Responsável	Coordenador-Geral de Software e Serviços de TI – CGPC/SEPIN
Definição geral	
Esse objetivo almeja ampliar: - fortalecer a base de empresas com capacidade de desenvolvimento local (Programa Star Up) - oferta de Programas de Computador para o setor público; - a base produtiva do setor de microeletrônica; e - a oferta de profissionais capacitados em microeletrônica e em desenvolvimento de Software.	

Objetivo Estratégico nº 3

Nome do objetivo	Assegurar um Ecossistema robusto de ciência, tecnologia e inovação em TIC.
Responsável	Secretário de Política de Informática – SEPIN/MCTI
Definição geral	
Esse objetivo pretende o desenvolvimento de ações que contribuam para ampliar a cooperação das empresas incentivadas com as instituições de ensino, pesquisa e desenvolvimento credenciadas junto ao CATI. Para tanto, faz-se necessário a ampliação dos projetos em convênio, a operacionalização de programas como o PADSTI e aperfeiçoar o mecanismo de permuta de etapas do PPB por investimentos adicionais em P&D.	

b) Descrição e balanço das atividades empreendidas no exercício, enfatizando evolução do estágio do objetivo estratégico ocorrida desde a implementação do plano estratégico;

A SEPIN está programando para 2016 ações de avaliação e monitoramento de seu Planejamento Estratégico, promovendo debates, seminários internos e reuniões, com vistas de verificar a evolução dos indicadores, o alcance das metas e o cumprimento dos objetivos.

c) Gráfico(s) com os resultados dos indicadores no último exercício;

O ano de 2015 foi prejudicado pela saída do Diretor em setembro e pela troca do Secretário ocorrida em novembro. Além do mais a SEPIN sofreu com o contingenciamento de recursos naquele ano. Desta forma, o cumprimento do Planejamento Estratégico não foi priorizado.

d) Análise dos resultados dos indicadores do gráfico e em que medida retratam o alcance dos objetivos estratégicos;

Vide item c

e) Tabela comparativa com os valores dos indicadores em três exercícios (dois últimos encerrados e previsão para o próximo);

Vide item c

f) Análise da evolução temporal dos indicadores da tabela em comparação com as previsões (metas);

Vide item c

g) Avaliação de resultados e impactos socioeconômicos da política a partir da análise dos indicadores;

Vide item c

h) Principais desafios a serem enfrentados nos próximos exercícios;

- Dificuldade de captação de recursos financeiros para execução dos Objetivos Estratégicos;
- Mudanças na alta direção da SEPIN e do MCTI, devido ao momento político que o Brasil está passando em 2016.

i) Medidas ou estratégias planejadas para melhorar o desempenho das públicas de renúncia de receitas por meio do aperfeiçoamento operacional e/ou ações administrativas internas de responsabilidade da SEPIN;

A SEPIN pretende implementar as seguintes medidas:

- Adequar sua Estrutura Organizacional de modo a atender todas as atribuições da Secretaria;
- Gestão junto a Secretaria Executiva do MCTI com vista de contratar servidores com formação na área de TIC e com experiência na gestão de políticas tecnológicas;
- Elaborar um plano de treinamento continuado em temas atualizados no campo das TICs.

j) Propostas de alteração para aperfeiçoamento do marco normativo da política pública (se for o caso);

A Lei de nº 13.023/2014 foi a última que introduziu alterações na Lei de Informática (Lei nº 8.248/91, assim não há, de imediato, propostas de aperfeiçoamento desse marco normativo.

SECRETARIA DE POLÍTICA DE INFORMÁTICA (SEPIN/MCTI)

a) Informações sobre a estrutura de pessoal da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação – CGTE (nesse caso, informar ainda detalhamento por subunidades) contemplando as seguintes perspectivas:

Força de Trabalho da CGTE/SEPIN: (Tabela a seguir)

a.1) demonstração quantitativa da força de trabalho, considerando efetivos, comissionados, terceirizados e estagiários;

a.3) tempo de serviço de cada colaborador no MCTI e na Sepin;

a.4) alocação entre atividades finalísticas e meio;

Nome	Origem	Tempo de Serviço (Ano)		Alocação/Atividade	
		No MCTI	Na SEPIN	Fim	Meio
Adalberto Afonso Barbosa	Efetivo	7	7	X	---
Armando Pereira Júnior	Efetivo	3	3	X	---
Caio Mário Gomes Zebral*	Celetista	6	6	---	X
Deborah Braga de Castro e Oliveira	Efetivo	7	7	X	---
Eduardo Batista dos Santos Cordeiro	Efetivo	7	7	X	---
Gilson da Silva Santiago	Efetivo	3	3	X	---
José Ferreira Neves	Efetivo	30	26	---	X
Leonardo Camargo Neves	Efetivo	3	3	X	---
Marcelo Souto Maior Monteiro	Efetivo	3	3	X	---
Rubens Caetano Barbosa de Souza	Efetivo	3	3	X	---
Scheyla Vasconcelos	Efetivo	36	26	---	X
Alander Pereira Dos Santos	Efetivo	3	1	X	---
Angelo Pelli Junior	Efetivo	2	2	X	---
Antonia Leiliane Gomes Silva	Terceirizado	20	20	---	X
Antonio Pereira Lopo	Efetivo	37	37	---	X
Celso Wilian Borges	Efetivo	37	37	X	---
Davi Cancado Dutra Cota	Cedido MPOG	5	5	X	---
Debora Maria Da Silva Freitas	Efetivo	29	6	---	X
Eliana Maria Ramos Kowalski	Efetivo	3	2	X	---
Euripedes José de Sousa	Efetivo	36	36	---	X
Fabio Francisco Costa dos Santos	Efetivo	2	2	X	---
Javier Andres Garcia Alfaro	Efetivo	2	2	X	---
Jessica Lamara Marques Chaves	Terceirizado	1	1	---	X
Juscelino Teixeira de Albuquerque	Efetivo	28	1	X	---
Karina Domingues Bressan	Efetivo	7	7	X	---

Vidal					
Liliane Silva dos Santos	Terceirizado	20	20	---	X
Marcos Antonio De Sousa	Efetivo	6	6	X	---
Saulo Guerreiro Lacerda	Efetivo	3	3	X	---
Vinicius Pimenta Veloso	Efetivo	3	3	X	---
Hamilton José Mendes da Silva	Efetivo	30	26	X	---
Francisco Silveira dos Santos	Efetivo	30	26	X	---
Patrícia Soares dos Santos	Terceirizado	4	4	---	X
Eunides Vieira Rolim*	Celetista	6	6	---	X

* Anistiado Celetista

a.2) *Qualificação da força de trabalho da CGTE/SEPIN: (Tabela a seguir)*

Nome	Cargo	Idade	Nível de Escolaridade	Área de Formação
Adalberto Afonso Barbosa	Coordenador Geral		Mestrado	Engenharia Eletrônica
Armando Pereira Júnior	Assistente em C&T	38	Especialização	Gestão de Projetos
Caio Mário Gomes Zebral	Assistente Adm.	49	Ensino Médio	---
Deborah Braga de Castro e Oliveira	Analista em C&T	43	Mestrado	Engenharia Elétrica
Eduardo Batista dos Santos Cordeiro	Assistente em C&T	34	Especialização	Governança de TI
Gilson da Silva Santiago	Assistente em C&T	40	Graduação Incompleta	Tecnólogo em Redes de Computadores
José Ferreira Neves	Assistente em C&T	50	Graduado	Gestão de Marketing
Leonardo Camargo Neves	Tecnologista em C&T	31	Mestrado	Engenharia Elétrica
Marcelo Souto Maior Monteiro	Tecnologista em C&T	40	Mestrado	Engenharia da Computação
Rubens Caetano Barbosa de Souza	Tecnologista em C&T	34	Especialização	Governança de TI
Scheyla Vasconcelos	Analista em C&T	56	Mestrado	Ciência da Computação Aplicada
Alander Pereira Dos Santos	Assistente em C&T	34	Graduado	Administração de Empresas
Angelo Pelli Junior	Assistente em C&T	32	Graduado	Engenharia Mecatrônica
Antonia Leiliane Gomes Silva	Técnico Secretariado	40	Graduado	Serviço Social
Antonio Pereira Lopo	Analista em C&T	57	Graduado	Administração de Empresas
Celso Wilian Borges	Analista em	59	Graduado	Administração de

	C&T			Empresas
Davi Cancado Dutra Cota	Gestpr MPOG	27	Graduado	Administração Pública
Debora Maria Da Silva Freitas	Analista em C&T	47	Mestrado	Administração de Empresas
Eliana Maria Ramos Kowalski	Assistente em C&T	50	Graduado	Letras
Euripedes José de Sousa	Assistente em C&T	54	Graduado	Teologia
Fabio Francisco Costa dos Santos	Tecnologista em C&T	44	Graduado	Ciência da Computação
Javier Andres Garcia Alfaro	Tecnologista em C&T	38	Mestrado	Engenharia Elétrica
Jessica Lamara Marques Chaves	Técnico Secretariado	22	Nível Médio	---
Juscelino Teixeira de Albuquerque	Analista em C&T	55	Pós-Graduado	Administração em Empresas
Karina Domingues Bressan Vidal	Analista em C&T	44	Mestrado	Engenharia Elétrica
Liliane Silva dos Santos	Técnico Secretariado	30	Graduado	Sec. Executivo
Marcos Antonio De Sousa	Assistente em C&T	45	Graduado	Análise de Sistemas
Saulo Guerreiro Lacerda	Tecnologista em C&T	33	Mestrado	Engenharia da Computação
Vinicius Pimenta Veloso	Assistente em C&T	31	Graduado	Direito
Hamilton José Mendes da Silva	Coordenador	54	Mestrado	Engenharia Eletrônica
Francisco Silveira dos Santos	Coordenador	61	Especialização	Engenharia Elétrica
Patrícia Soares dos Santos	Técnico Secretariado	28	Nível Médio	---
Eunides Vieira Rolim	Técnico Secretariado	51	Nível Médio	---

a.5) custos associados à manutenção dos recursos humanos: somatório da remuneração bruta de todos os colaboradores da CGTE/SEPIN mencionados na alínea “a.1” acima, de forma a mensurar o custo administrativo de pessoal fixo de sua estrutura ligada à renúncia de receitas;

O Custo administrativo de pessoal efetivo da CGTE/SEPIN no ano de 2015 foi de R\$ 3.166.180,92 (três milhões cento e sessenta e seis mil cento e oitenta reais e noventa e dois centavos).

a.6) quantidade de efetivos, comissionados, terceirizados e estagiários ingressos e egressos no exercício;

Origem	Quantidade	
	Ingressos	Egressos

Efetivos	2	3
Comissionados	---	---
Terceirizados	1	---
Estagiários	---	---

b) Informações sobre a estrutura de pessoal da SDP/MDIC exclusiva e/ou diretamente alocada à gestão da Lei de Informática no MDIC, com as mesmas informações acima;

Origem	Quantidade SDP/MDIC
Efetivos	15
Comissionados	0
Terceirizados	2
Estagiários	1

Origem	Quantidade SDP/MDIC	
	Ingressos	Egressos
Efetivos	0	2
Comissionados	0	0
Terceirizados	0	0
Estagiários	1	0

c) Avaliação da suficiência, qualidade e quantidade do quadro de pessoal existente frente às demandas da gestão das políticas de renúncia de receitas, considerando possíveis medidas de racionalização dos métodos de trabalho para atendimento às demandas com a força de trabalho disponível;

A Lei nº 10.176/2001 introduziu novos mecanismos na Lei nº 8.248/1991, entre as quais destacamos:

- a) redução do IPI e não mais somente isenção;
- b) investimentos em P&D proporcionalmente decrescentes;
- c) lista de produtos passíveis de receberem os incentivos;
- d) criação do Fundo Setorial de Informática: depósitos de investimentos em P&D não realizados, no FNDCT;
- e) apresentação do programa de investimentos em P&D (que inclusive poderia ser alterado durante sua execução, desde que justificadamente) e cumprimento obrigatório do Processo Produtivo Básico (PPB) e não mais fabricação com significativo valor agregado local, como condição para habilitação ao incentivo;
- f) obrigatoriedade de implantação de sistema da qualidade e de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados das empresas;
- g) incentivos e investimentos regionais diferenciados para as empresas e instituições localizadas nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste;
- h) credenciamento de instituições junto ao CATI; e, principalmente,
- i) a aprovação e concessão da habilitação aos incentivos por três ministérios (MCT, MDIC e MF), a partir de 2014 apenas pelo MCTI e MDIC.

No que diz respeito à habilitação das empresas aos incentivos e aos investimentos em P&D, novos critérios foram introduzidos (apresentação prévia de projeto de P&D e adequação da fabricação dos produtos ao PPB), permanecendo a obrigatoriedade de verificação da regularidade fiscal da empresa (certidões negativas de débito junto ao INSS, FGTS, SRF e PGFN).

Além do mais, a análise e enquadramento de investimentos como P&D não é uma atividade comum, de rápida realização. Pelo contrário, é complexa, requerendo tempo e analistas qualificados e experientes, conhecedores da matéria, pois não basta apenas, por exemplo, examinar o produto ou a solução, de vez que se impõe verificar se resultou de um efetivo desenvolvimento tecnológico nos termos do artigo 24 do Decreto 5.906/2-006.

Essa atividade, morosa por natureza, posto que complexa e detalhada, é realizada com o critério e o rigor exigido pela legislação; e agravada pelo reduzido quadro de analistas disponível na SEPIN, o que determinante para gerar os atrasos na conclusão de análises de Relatórios Demonstrativos, de Contestações e de Recursos Administrativos e, por consequência, acúmulo de trabalho ano após ano.

Isto posto, verifica-se que a SEPIN sempre dispôs de força de trabalho muito aquém em quantidade e qualidade daquela que representava e representa a real necessidade para o desempenho a contento das multivariadas atribuições que lhe são cometidas pela legislação.

d) Eventuais mudanças quantitativas e qualitativas na força de trabalho e períodos de afastamento de quaisquer colaboradores com impacto na rotina da unidade;

O número de servidores entrantes e saíntes tem sido equivalente, não sendo este o principal problema até o momento na rotina de trabalho da SEPIN. Assim, os reais problemas impactantes debatidos na elaboração do Planejamento Estratégico as SEPIN são: Estrutura defasada e que não alcança todas as atribuições da Secretaria; reduzido número de servidores com formação na área de TIC e com experiência na gestão de políticas tecnológicas; ausência de um plano de treinamento continuado em temas atualizados no campo das TICs.

e) Síntese de treinamentos efetuados no exercício e outros aspectos relevantes em termos de formação profissional da equipe;

A SEPIN está desenvolvendo esforços com vistas a viabilizar o acesso dos recursos previstos no inciso VII do Art. 31 do Decreto nº 5.906/2006, e que poderá instrumentalizar a Secretaria para realizar um programa de capacitação para atender suas necessidades.

e) Síntese das inovações normativas de qualquer nível (leis, decretos, regulamentos, portarias, resoluções, portarias interministeriais etc.) relacionadas às regras da Lei de Informática ocorridas no exercício;

A alteração do Decreto nº 5.906/2006, com vistas a incorporar, também, mudanças ocorridas na legislação pela Lei 13.023/2014, está em processo de discussão entre o MCTI/SEPIN, MDIC e SUFRAMA.

No âmbito dos Programas Prioritários – PPI foram publicadas Portaria MCTI e Resolução CATI.

Dados Gerais da Renúncia fiscal no âmbito da lei de Informática:

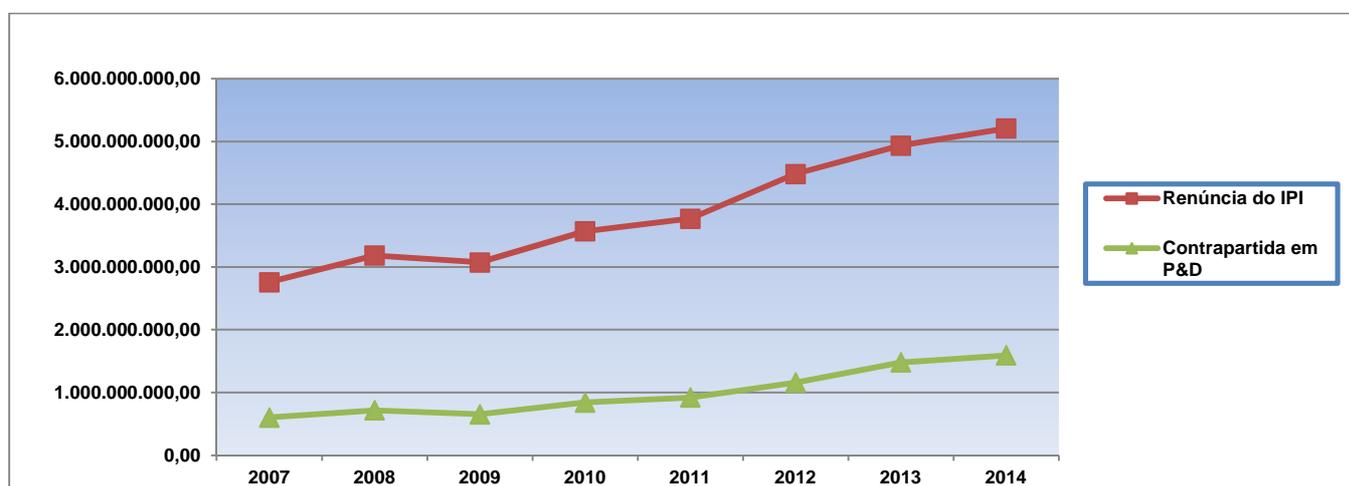
a) Volume financeiro de renúncia fiscal e contrapartidas (investimentos em P&D) – tabela e gráfico;

Tabela – Valores Renunciados e Contrapartida do benefício fiscal –

Ano-base*	Volume da renúncia de receitas (IPI** dispensado)	Contrapartida (Investimento em P&D)	% do faturamento do setor incentivado***
2007	2.759.024.026,52	601.112.385,86	21,79%
2008	3.183.618.199,26	715.555.049,31	22,48%
2009	3.074.245.778,11	653.933.494,18	21,27%
2010	3.570.764.389,32	841.700.000,00	23,57%
2011	3.771.522.961,36	920.478.211,83	24,41%
2012	4.482.198.330,85	1.159.864.400,50	25,88%
2013	4.934.898.641,60	1.479.127.424,62	29,97%
2014	5.207.255.216,98	1.590.593.739,92	30,54%
TOTAIS	30.983.527.544,00	7.962.364.706,22	25,70%

Nota: Convém destacar o aumento do percentual

O Gráfico a seguir apresenta a evolução dos valores renunciados e contrapartida do benefício fiscal (Aplicação em atividades de P&D):



A inflexão observada em 2009 reflete o efeito da crise de 2008, sentida no ano seguinte pelo mercado de bens de informática (especialmente no segmento de microinformática).

b) Perfil e valores de agregados econômicos do setor apoiado e da política pública – tabela;

Tabela – Materialidade e relevância do setor e da política pública

	Exercício 2013	Exercício 2014
Total de empresas habilitadas	575	600
Total de empresas habilitadas com faturamento positivo em relação aos produtos incentivados	493	510
Faturamento Bruto Total - Global	72.950.617.729,42	103.653.400.000,00
Faturamento Bruto Total – Produtos (Hw) Incentivados no mercado interno (A+B)	34.746.082.525,10	57.049.090.000,00
Microcomputadores e suas partes (A)	14.156.614.719,19	13.240.510.000,00
Demais bens (B)	20.589.467.805,91	33.363.790.000,00
Serviços	4.091.381.420,03	2.038.790.000,00
Software	1.569.641.559,11	2.493.100.000,00
Exportações	3.770.822.750,74	3.793.390.000,00

Exportações de Produtos Incentivados	1.036.827.255,46	903.130.000,00
Importações	23.021.109.249,14	34.393.640.000,00
Importações de Insumos para produção de produtos incentivados	16.189.514.227,27	23.048.310.000,00
Importações de produtos acabados para revenda (bens de informática)	1.811.000.000,56	2.186.590.000,00
Renúncia Fiscal do IPI	4.482.198.330,85	5.207.260.000,00
Impostos pagos de produtos incentivados	5.280.863.901,56	9.381.046.453,77
Obrigações em P&D - Global	1.159.868.844,50	1.446.980.000,00
Obrigações de Aplicação em Projetos Próprios (A)	558.006.634,20	610.640.000,00
Obrigações de Aplicação em Projetos Conveniados (B)	481.191.846,56	709.280.000,00
Obrigações de Aplicação Total em Projetos (A+B=C)	1.039.198.480,76	1.319.920.000,00
Depósitos Trimestrais no FNDCT (D)	89.845.316,07	114.760.000,00
Aportes em Programas Prioritários de TI – PPIs (E)	30.825.047,67	12.260.000,00
Obrigações Totais de Investimento em P&D (C+D+E)	1.159.86.8844,50	1.446.930.000,00
Total de Recursos Humanos	124.501	130.092
Recursos Humanos de Nível Superior	33.007	37.906
Recursos Humanos em P&D	7.994	8.436
Recursos Humanos em P&D de nível superior	5.644	5.896
Quantidade de patentes	417	528
Quantidade de publicações	499	580

c) Perfil dos dispêndios dos projetos de P&D por modalidade e por modalidade/região – tabelas e análises sobre os motivos de eventual concentração ou desconcentração no perfil dos dispêndios por modalidade e modalidade e região;

Tabela – Perfil dos dispêndios dos projetos de P&D por modalidade – AB 2014

Art. 24, incisos e parágrafo 1º	Não conveniados (próprios)			Convênios outras regiões			Convênios SUDAM, SUDENE e Região Centro-Oeste		
	Qtde.	Valor Total (A)	%* (A/TA)	Qtde.	Valor Total (B)	%* (B/TB)	Qtde.	Valor Total (C)	%* (C/TC)
I	103	61.173.179,50	6,93	95	103.764.680,74	20,51	60	69.203.002,85	22,28
II	1.604	689.436.064,17	78,14	462	329.306.541,33	65,08	397	168.669.981,30	54,31
III	96	55.957.343,10	6,34	53	20.060.216,58	3,96	22	12.632.535,99	4,07
IV – A	41	56.774.911,50	6,43	28	7.504.004,87	1,48	34	11.980.665,94	3,86
IV – B	32	13.067.069,70	1,48	35	34.981.427,77	6,91	31	44.285.195,26	14,26
IV – C	5	2.015.262,73	0,23	22	7.029.900,28	1,39	13	2.527.782,96	0,81
§ 1º	11	3.937.254,48	0,45	4	3.377.827,95	0,67	3	1.252.574,76	0,40
TOTAIS	1.892	882.361.085,18	100	699	506.024.599,52	100	560	310.551.739,06	100

Os Projetos executados em convênios com instituições localizadas nas regiões de influência da SUDAM, da SUDENE e na Região Centro-Oeste, são realizados em instituições de ensino onde a vocação natural e as competências disponíveis favorecem a realização de projetos de pesquisa, sendo consequência direta da determinação da Lei relativamente à obrigação de aplicação em atividades de P&D, de no mínimo 30% em instituições públicas de ensino e pesquisa.

Nas regiões Sul e Sudeste, não existe a exigência legal de aplicação em instituições de ensino e pesquisa, por sua vez as empresas contam com uma opção variada de centros de P&D bem estruturados para realizar projetos de pesquisa e desenvolvimento.

Por outro lado, e uma vez que a vocação maior das Universidades concerne à realização de projetos de pesquisa e a necessidade maior do setor produtivo ainda se refere a projetos de desenvolvimento, como resultado, nos projetos realizados internamente as empresas

priorizam aqueles referentes à evolução de seus produtos com a adição de novas funcionalidades e que possam dar vantagens competitivas.

Portanto, é natural que a maior concentração de investimentos em P&D em projetos internos e em convênio com centros de P&D dê-se na modalidade *projetos de desenvolvimento* e não de *projetos de pesquisa*.

e) *Perfil dos dispêndios dos projetos de P&D por natureza do gasto;*

Tabela – Valores Médios dos Projetos de P&D por modalidade – AB 2014

Art. 24, incisos e parágrafo 1º	Aplicações em P&D (R\$) (A)	Número de Projetos	Valor Médio dos Projetos (R\$)	(A/TA) %
I	135.195.462,81	229	590.373,20	10,20
II	946.139.668,49	2070	457.072,30	71,38
III	87.657.527,82	201	436.107,10	6,61
IV – A	55.968.799,46	120	466.406,66	4,22
IV – B	78.886.888,08	84	939.129,62	5,95
IV – C	12.299.183,45	32	384.349,48	0,93
§ 1º	9.339.111,56	20	466.955,58	0,70
TOTAIS	(TA)1.325.486.641,67	2.756	480.945,81	100,00

Convém destacar na tabela acima os Valores Médios, os Montantes de Aplicação em P&D e o Número de Projetos executados, para as modalidades de Projetos de Pesquisa (inciso I, do art. 24, do Decreto 5.906/2006 – “*trabalho teórico ou experimental realizado de forma sistemática para adquirir novos conhecimentos, visando a atingir objetivo específico, descobrir novas aplicações ou obter ampla e precisa compreensão dos fundamentos subjacentes aos fenômenos e fatos observados, sem prévia definição para o aproveitamento prático dos resultados*”) e dos Projetos de Formação e Capacitação de Profissionais de Níveis Médio e Superior (inciso IV(b), do art. 24, do Decreto 5.906/2006 – “*para aperfeiçoamento e desenvolvimento de recursos humanos envolvidos nas atividades de que tratam os incisos de I a III deste artigo*”).

Informações sobre a concessão de benefícios fiscais no âmbito da Lei de Informática:

a) *Estoque e atendimento da demanda de pedidos de concessão por parte da Sepin/MCTI – tabelas, índices e informação sobre os três principais motivos de indeferimento de pedidos de concessão no exercício, as respectivas quantidades de indeferimentos de concessão e eventuais medidas adotadas para prevenir a submissão de novos pleitos com idênticos entraves;*

A Tabela a seguir apresenta os quantitativos e situação de Pleitos de Concessão de benefícios fiscais da Lei de Informática (Lei nº 8.248/91):

Tabela – Estoque e atendimento às concessões de benefícios fiscais

Exercício	A. Quantidade de Portarias de Concessão Vigentes	B. Pedidos de Concessão (pleitos) protocolados	C. Pedidos de Concessão (pleitos) aprovados (Portaria Interministerial)	D. Pedidos de Concessão (pleitos) reprovados	E. Pedidos de Concessão (pleitos) pendentes de decisão**
2011	1195	246	74	35	345
2012	1295	223	150	8	417
2013	1475	337	265	124	315
2014	1657	252	296	93	181
2015	1787	262	231	63	152

** Em 31 de dezembro de 2015 a CGTE/SEPIN contava com 152 Pleitos de Concessão de pendentes de decisão, destes, 143 deram entrada no Protocolo do MCTI no ano de 2015. Vale ressaltar que destes, 79 estavam em tramitação entre MCTI e MDIC, para assinatura dos Pareceres Técnicos.

A Tabela a seguir apresenta Índices (Percentuais) de Atendimento de Pleitos de Concessão de Incentivos e de Não Atendimento:

Tabela – Índices (Percentual) relativos sobre atendimentos de pedidos de concessão de benefícios fiscais

Exer cício *	Aumento da demanda por concessões de incentivo fiscal (=B/A)**	Atendimento à demanda de concessão (=[C+D]/B)**	Evolução de estoque de pedidos de concessão pendentes (=E/A)**	Índice de não atendimento à demanda (=E/B)***
2011	20,59%	44,31%	28,87%	140,24%
2012	17,22%	70,85%	32,20%	187,00%
2013	22,85%	115,43%	21,36%	93,47%
2014	15,21%	154,37%	10,92%	71,83%
2015	14,66%	112,21%	8,51%	58,02%

Os principais motivos de indeferimento de pleitos de concessão são:

- Não cumprimento de exigências formuladas pela CGTE/SEPIN durante a análise do Pleito;
- Solicitação pela empresa para desconsiderar o Pleito; e
- Pleitos duplicados.

b) Atendimento à demanda por parte da Câmara Técnica Interministerial para Pleitos de Concessão (CTI-PC) criada pela Portaria Interministerial MF/MCTI/MDIC 148/2007 – tabela;

A Tabela a seguir apresenta o quantitativo de reuniões da CTI-PC e os resultados dos trabalhos, para o ano de 2014:

Tabela 9 – Informações sobre as reuniões da CTI-PC (2015)

Meses	Data da Reunião	Número Reunião	Quantidade de pleitos prontos para apreciação da CTI-PC imediatamente antes da reunião (fila antes de cada reunião da CTI-PC)	Quantidade de pleitos apreciados quanto ao enquadramento no Anexo do Decreto 5.906/2006	Quantidade de pleitos prontos para apreciação da CTI-PC pendentes após a reunião (fila após cada reunião da CTI-PC)
Janeiro	23/01/2015	283	92	6	86
Fevereiro	06/02/2015	284	87	3	84
	13/02/2015	285	85	9	76
	19/02/2015	286	75	6	69
	26/02/2015	287	69	4	65
	26/02/2015	288	65	9	56
Marco	05/03/2015	289	58	8	50
	12/03/2015	290	50	7	43
	19/03/2015	291	56	8	48
	27/03/2015	292	65	6	59
Abril	02/04/2015	293	59	6	53
	09/04/2015	294	55	7	48
	16/04/2015	295	49	7	42
	23/04/2015	296	43	7	36
	23/04/2015	297	36	12	24
	30/04/2015	298	26	2	24

	30/04/2015	299	26	9	17
Maio	07/05/2015	300	23	10	13
	14/05/2015	301	18	8	10
	21/05/2015	302	10	7	3
	28/05/2015	303	15	5	10
Junho	11/06/2015	304	14	7	7
	18/06/2015	305	26	9	17
Julho	09/07/2015	306	26	13	13
	16/07/2015	307	17	12	5
	23/07/2015	308	14	10	4
	30/07/2015	309	4	2	2
Agosto	06/08/2015	310	12	2	10
	13/08/2015	311	14	6	8
	20/08/2015	312	16	1	15
	27/08/2015	313	16	9	7
Setembro	03/09/2015	314	9	4	5
	10/09/2015	315	6	5	1
	17/09/2015	316	13	3	10
	24/09/2015	317	13	3	10
Outubro	01/10/2015	318	17	7	10
	08/10/2015	319	16	7	9
	15/10/2015	320	14	5	9
	22/10/2015	321	20	3	17
	28/10/2015	322	15	6	9
Novembro	06/11/2015	323	11	9	2
	13/11/2015	324	13	12	1
	19/11/2015	325	10	5	5
	26/11/2015	326	6	6	0
Dezembro	03/12/2015	327	7	6	1

Os Arquivos de Memória das reuniões da **CTI-PC** são armazenados em meio digital, no formato PDF, conforme denominação a seguir: “01ª Reunião (283) 23/01/2015.pdf”.

Foram realizadas 45 reuniões em 2015, do número 283 a 327.

f) Indicadores sobre tempos médios de tramitação: apuração e, no caso da situação avaliada por cada indicador, listagem dos seis casos concretos em que o número de dias de concessão foram os menores (três casos) os maiores (três casos) no exercício;

As duas Tabelas a seguir apresentam a Eficiência temporal (Indicador 1 e Indicador 2) das concessões definitivas e provisórias aos benefícios da Lei de Informática:

O Tempo Médio total de tramitação dos processos de **concessão definitiva** (Indicador 1) de incentivos fiscais, foi calculado conforme a fórmula abaixo:

$$TMCd = \left(\sum_{p=1}^{p=n} d_n \right) / p$$

Onde:

TMCd = Tempo Médio de Concessão Definitiva;

p = quantidade de pedidos de concessão aprovados no exercício;

dn = número de dias entre a data de protocolo do pedido de concessão e a data da portaria interministerial que concede definitivamente benefício à empresa.

Indicador 1 – Eficiência temporal nas concessões definitivas de benefícios da Lei de Informática:

Ano-base*	p	$\sum dn$	TMCd	número de dias de concessão foram os menores		número de dias de concessão foram os maiores	
				Processos	Dias	Processos	Dias
2011	74	25.483	344,3649	01200.000986/2011-95	125	01200.004212/2009-19	654
				01200.000173/2011-03	155	01200.000008/2010-62	661
				01200.000824/2011-57	176	01200.001452/2009-61	759
2012	150	66.663	444,42	01200.002363/2012-38	112	01200.002907/2010-08	735
				01200.001958/2012-76	155	01200.001450/2010-14	808
				01200.002616/2011-92	168	01200.001906/2010-38	850
2013	265	117.312	442,6868	01200.004186/2012-24	122	01200.000045/2011-51	984
				01200.003980/2013-31	126	01200.000856/2011-52	984
				01200.004062/2012-49	141	01200.002015/2010-07	1071
2014	296	102.963	347,848	01200.003722/2014-36	80	01200.001347/2011-47	955
				01200.002874/2014-11	105	01200.001557/2012-16	959
				01200.003795/2014-28	107	01200.001628/2011-08	1088
2015	231	61.034	264,2165	01200.004893/2014-82	114	01200.000019/2014-76	569
				01200.005040/2014-68	122	01200.001761/2014-07	578
				01200.000557/2015-41	126	01200.000910/2013-21	755

O Tempo Médio total de tramitação dos processos de **concessão provisória** (Indicador 2) de incentivos fiscais, foi calculado conforme a fórmula abaixo:

$$TMCp = \left(\sum_{p=1}^{p=n} d'_n \right) / p$$

Onde:

TMCp = Tempo Médio de Concessão Provisória;

n = quantidade de pedidos de concessão aprovados no exercício;

d'n = número de dias entre a data de protocolo do pedido de concessão e a data da portaria interministerial que concede provisoriamente benefício fiscal à empresa.

Indicador 2 – Eficiência temporal nas concessões provisórias de benefícios da Lei de Informática

Ano-base*	p	$\sum dn$	TMCd	número de dias de concessão foram os menores		número de dias de concessão foram os maiores	
				Processos	Dias	Processos	Dias
2011	0	0	0	-	-	-	-
2012	0	0	0	-	-	-	-
2013	51	5.444	106,7451	01200.005518/2013-79	13	01200.005072/2012-00	323
				01200.005123/2013-76	14	01200.004618/2012-05	346
				01200.005422/2013-19	15	01200.000977/2012-85	629
2014	159	9.347	58,0559	01200.004187/2014-31	9	01200.003113/2013-04	344
				01200.002177/2014-61	10	01200.001884/2013-59	348
				01200.003467/2014-21	10	01200.000852/2013-36	410
2015	213	10491	49,25352	01200.002728/2015-77	12	01200.003914/2014-42	195
				01200.000051/2015-32	13	01200.001618/2015-98	197
				01200.002594/2015-94	14	01200.003798/2014-61	322

d) Avaliação sobre os principais entraves verificados no exercício para a redução dos prazos de concessão definitiva de benefícios fiscais da Lei de Informática e informações, dificuldades e soluções adotadas ou vislumbradas para os exercícios futuros;

Os prazos de concessão definitiva foram reduzidos substancialmente, de um tempo médio superior a 8 meses para um tempo de 5 meses. Uma possibilidade em avaliação pela SEPIN, mas que precisará da concordância do MDIC, será dispensar da obrigatoriedade da emissão da Nota Técnica da COANA/RFB, que seria substituída por manifestação da CTI-PC.

e) Informação sobre o grau de automatização do processo de concessão de benefícios da Lei 8.248/91 (ref. Acórdão 458/2014-TCU-Plenário).

O Módulo PACI do Sistema AQUARIUS não ainda finalizado.

Informações sobre avaliação de benefícios fiscais por meio de Relatórios Demonstrativos (RDs):

a) Situação do estoque de RDs – tabelas sobre situação da análise técnica inicial e relatórios em grau de recurso administrativo;

Tabela 10 – Estoque de RDAs (situação da análise inicial)

Ano-base**	RDs apresentados		RDs com análise técnica concluída		RDs em estoque ou em análise		Pareceres encaminhados à SRF	
	Qtde. (A)	Qtde. (B)	% (B/A)	Qtde. (C)	% (C/A)	Qtde. (D)	% (D/A)	
2007	318	233	73,27	85	26,73	168	52,83	
2008	377	240	63,66	137	36,34	---	---	
2009	448	267	59,60	181	40,40	---	---	
2010	454	243	53,52	211	46,48	---	---	
2011	442	83	18,78	359	81,22	---	---	
2012	462	65	14,07	397	85,93	---	---	
2013	502	84	16,73	418	83,27	---	---	
2014	521	48	9,21	473	90,79	---	---	
TOTAIS	3.524	1.263	38,61	2.261	61,39	168	52,83	

A aceleração da análise dos RDAs se dará quando a SEPIN validar a metodologia, o procedimento de avaliação e receber os primeiros relatórios com seus respectivos Pareceres Técnicos, contratados junto ao CTI – RA.

b) Tabela com detalhamento de todas as empresas com análise técnica concluída e eventuais recursos administrativos julgados, com o resultado dos recursos não providos e providos parcialmente, valores dos débitos de aplicação insuficiente em P&D e data de recolhimento ao FNDCT;

Tabela 11 – Estoque de RDAs (situação da análise recursal)

Ano-base*	Contestações apresentadas			Contestações com análise técnica concluída		Contestações em estoque ou em análise		Recursos hierárquicos ao Ministro de Estado apresentados		
	Qtde. (A)	Qtde. (B)	% (B/A)	Qtde. (C)	% (C/A)	Qtde. (D)	Providos integralmente (E)	Providos parcialmente (F)	Não providos (G)	
2007	47	13	27,66	34	72,34	0	N/A	N/A	N/A	
2008	44	3	6,82	41	93,18	0	N/A	N/A	N/A	
2009	48	3	6,25	45	93,75	0	N/A	N/A	N/A	

2010	59	2	3,39	57	96,61	0	N/A	N/A	N/A
2011	3	0	---	3	---	0	N/A	N/A	N/A
2012	0	0	---	0	---	0	N/A	N/A	N/A
2013	1	1	100,00	0	---	0	N/A	N/A	N/A
2014	0	0	0	0	---	0	N/A	N/A	N/A
TOTAIS	201	21	---	180	---	0	N/A	N/A	N/A

O que se pode inferir quanto a não apresentação de Recursos Hierárquicos ao Ministro de Estado do MCTI é que os RDAs das empresas com maior valor de contrapartida, ainda não foram analisados e que as contestações apresentadas, estão em processo de análise.

c) Avaliação sobre vantagens e desvantagens da metodologia de Relatórios Demonstrativos Simplificados prevista no Decreto 5.906/2006, art. 33, § 2º;

A implementação da apresentação dos RDAs no formato simplificado só vantagens, pois reduz as rubricas de dispêndios, por projetos de 10 para 3.

d) Informações sobre o progresso dos produtos e atividades contemplados na parceria com o Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer – CTI, nos termos da Portaria-MCTI 863, de 19 de agosto de 2014.

A Metodologia de análise dos RDAs e a Plataforma Informatizada para apoio à análise dos RDAs - RDAnalytics, foram validados no ano de 2015, sendo que o sistema continua sofrendo manutenção evolutiva com vistas de atender os casos particulares.

e) Processos de suspensão e cancelamento:

Tabela com estoque de empresas omissas em apresentar RDs;

Tabela – Estoque de empresas omissas em entregar RD (anos base 2012, 2013 e 2014)

Razão social e nome fantasia da empresa beneficiária	CNPJ da empresa beneficiária	Ano-base da omissão	Situação da empresa*
André Luis de Toledo Mendes	71.769.673/0001-59	2012	Cancelada
Arvus Tecnologia S/A.	06.885.515/0002-83	2012	Cancelada
Computer Store Comércio Ltda.	83.383.950/0001-70	2012	Cancelada
Connectimport - Ind. Com. Imp. Prod. Inf. Ltda.	07.378.950/0002-84	2012	Cancelada
Grazmetal Informática Ltda.	84.858.174/0001-80	2012	Cancelada
H Buster São Paulo Indústria e Comércio Ltda.	09.119.618/0001-40	2012	Cancelada
LCE Tecnologia da Inf. e Integração Sist. Ltda.	09.286.571/0001-09	2012	Cancelada
Open Indústria e Com. de Computadores Ltda.	08.240.547/0001-76	2012	Cancelada
PEG do Brasil Indústria e Comércio Ltda.	11.191.910/0001-15	2012	Cancelada
Screen Service do Brasil Ind. Com. Prod. El. Ltda.	03.263.092/0001-78	2012	Cancelada
SDL Eletro - Eletrônica Ltda. EPP	11.354.726/0001-49	2012	Cancelada
STI - Sergipe Tecnologia em Informática Ltda.	05.146.651/0001-08	2012	Cancelada
Telefonia Santa Marta Com. Imp. Equip. Ele. Ltda.	94.567.617/0001-37	2012	Cancelada
UE Brasil Tecnologia Ltda.	08.438.042/0001-10	2012	Cancelada
3I Soluções Ind. Com. Equip. Eletr. Ltda.	05.561.300/0001-63	2013	Cancelada
All Earth Comércio de Eletrônicos Ltda.	09.173.898/0001-74	2013	Cancelada
C&A Computadores Ltda.	02.280.151/0001-76	2013	Cancelada
CAM Brasil Multiserviços Ltda.	04.214.233/0001-48	2013	Cancelada
Cleonice Maria de Souza & Cia Ltda.	06.249.307/0001-07	2013	Cancelada
Digibrás Indústria do Brasil S/A.	07.130.025/0004-00	2013	Cancelada
DIXI-TI Serviços em Tec. da Inform. Ltda. ME	10.278.563/0001-08	2013	Cancelada
Eaton Power Quality Industrial Ltda.	49.032.667/0001-85	2013	Cancelada
Ebercon Empreend. Comerc. Indl. Ltda.	69.272.441/0002-20	2013	Cancelada
Eletro Parts MG Ind. Com. Prod. Eletr. Ltda.	08.286.294/0001-71	2013	Cancelada
Emerson Sistemas de Energia Ltda.	03.698.870/0001-74	2013	Cancelada

	03.698.870/0007-60		
EVA Informática Ltda.	03.718.578/0001-76	2013	Cancelada
FAE - Ferragens e Aparelhos Elétricos Ltda.	07.281.413/0001-30	2013	Cancelada
Ferreira Lopes Comex e Participações Ltda.	13.352.511/0001-14	2013	Cancelada
FSE - Fábrica de Sistemas de Energia Ltda.	01.673.514/0001-70	2013	Cancelada
Golden Eye Proteção Automotiva Ltda.	04.411.341/0001-00	2013	Cancelada
IMBP Networking Corporation Ltda.	04.847.613/0001-10	2013	Cancelada
Monytel S/A.	49.773.625/0001-85	2013	Cancelada
Overmax do Brasil Soluções em Tecnologia Ltda.	00.902.770/0001-20	2013	Cancelada
Paranaíba Telecom - Ind. de Tel. Celul. Ltda.	12.742.983/0001-10	2013	Cancelada
Sensobron Eletrônica Ltda.	05.034.786/0001-81	2013	Cancelada
SER Com. Atac. Varej. Equip. Informática Ltda.	01.011.209/0001-13	2013	Cancelada
Sicad Soluções Ltda.	11.404.618/0001-33	2013	Cancelada
Sight GPS Importação e Representações Ltda.	02.197.876/0004-48	2013	Cancelada
Sominiun Tecnologia Ltda.	96.461.249/0001-73	2013	Cancelada
Sonoco do Brasil Ltda.	00.496.586/0021-70	2013	Cancelada
Spinner Com. Equipamen tos Eletroeletr. Ltda.	12.625.520/0001-79	2013	Cancelada
SVM Brasil Distribuidora Prod. Inform. Ltda.	07.279.776/0002-12	2013	Cancelada
Tacom Engenharia e Projetos Ltda.	01.005.845/0001-32	2013	Cancelada
Titan Solution Equipamentos de Inform. Ltda.	10.925.387/0001-40	2013	Cancelada
Virtec Brasil Indústria, Com. e Serviços Ltda.	08.580.429/0001-07	2013	Cancelada
XTA Brasil Com. e Ind. de Equip. Inform. Ltda.	64.673.940/0001-24	2013	Cancelada
ZTE do Brasil Ind., Com., Serv. e Partic. Ltda.	05.216.804/0001-46	2013	Cancelada
AGC Ind. e Com. de Equip. Elétricos e Eletr. Ltda.	07.987.840/0001-39	2014	Suspensa
Bilfinger Manuell Serviços de Engenharia Ltda.	62.941.281/0001-34	2014	Suspensa
Biosensor Indústria e Comércio Ltda.	00.008.354/0001-82	2014	Suspensa
BMI Eletrônica Indústria e Comércio Ltda.	52.335.981/0001-21 52.335.981/0002-02	2014	Suspensa
BR1 Distribuidora de Produtos de Inform. Ltda.	07.123.164/0001-55	2014	Suspensa
Competence Ind. Metalúrgica e Autom. Ltda.	11.338.577/0001-24	2014	Suspensa
Dexcom Indústria e Comércio de Inf. Ltda.	07.875.712/0001-01	2014	Suspensa
Distak Computadores Ltda.	05.410.128/0001-47	2014	Suspensa
EGPX Ind. e Com. de Prod. Eletrônicos Ltda.	16.629.999/0001-72	2014	Suspensa
Fácil Computadores e Indústria e Com. Ltda.	06.325.441/0001-40	2014	Suspensa
Genialtec Soluções em Informática Ltda. ME	10.234.700/0001-02	2014	Suspensa
Gieseck & Devrient América do Sul S.A.	04.400.995/0001-39	2014	Suspensa
Inovação Tecnologia Ltda.	08.575.594/0001-70	2014	Suspensa
JFA Eletrônicos Indústria e Comércio Ltda.	06.164.639/0001-99	2014	Suspensa
LI Computadores Indústria e Comércio Ltda.	10.350.043/0002-31	2014	Suspensa
Marxtel Ind. Com. de Produtos Eletrônicos Ltda.	08.109.805/0001-80	2014	Suspensa
Max Free Indústria e Comércio Import. Exp. Ltda.	08.811.814/0001-18	2014	Suspensa
Megaware Industrial Ltda.	00.537.541/0001-53	2014	Suspensa
Memory One Indústria e Com. de Inform. Ltda.	10.199.240/0001-10	2014	Suspensa
Microboard Ind. e Com. de Prod. Eletrônicos Ltda.	07.783.016/0001-67	2014	Suspensa
Myatech Indústria Comércio e Serviços Ltda.	07.695.362/0002-74	2014	Suspensa
Nife Baterias Industriais Ltda.	61.275.137/0001-43	2014	Suspensa
Omega Informática Ltda.	02.622.506/0001-68	2014	Suspensa
Oppitz Soluções Tecnológicas e Particip. Ltda.	04.379.842/0001-57 04.379.842/0003-19	2014	Suspensa
Opto Eletrônica S.A.	54.253.661/0001-58	2014	Suspensa
Portotec – Indústria e Com. de Comput. Ltda.	07.421.794/0001-06	2014	Suspensa
Prime Tek Indústria do Brasil Ltda.	06.260.757/0001-09	2014	Suspensa
Power Fast Indústria Com. Imp. Export. Ltda.	12.848.078/0002-20	2014	Suspensa
R E F Serviços de Informática Ltda.	06.044.730/0001-70	2014	Suspensa
Redecamp Ind. Com. Serv. de Telecom. Ltda.	05.425.950/0001-81	2014	Suspensa
Reistar Indústria e Comércio de Eletr. Ltda.	05.949.989/0002-89	2014	Suspensa
Reycom Indústria e Com. de Prod. Eletr. Ltda.	07.839.070/0001-87	2014	Suspensa
RMS Indústria de Equip. Eletrônicos Ltda.	94.414.000/0001-81	2014	Suspensa
S&V Consultoria, Ind. Com. de Equil. El. Ltda.	01.730.203/0001-04	2014	Suspensa
Tech Corp Ind. Tecnologia Corporativa Ltda.	10.226.773.0001-44	2014	Suspensa
Techlink Indústria Eletrônica da Bahia Ltda.	03.624.332/0001-35	2014	Suspensa

Tecpoint Sistemas de Automação Ltda.	60.432.713/0001-56	2014	Suspensa
Telemed Automação e Contr. Líquidos Ltda.	47.380.365/0001-52	2014	Suspensa
Webcarstore do Brasil Acess. Automotivos Ltda.	00.882.271/0001-18	2014	Suspensa

Tabela com informações gerais sobre os processos de suspensão e cancelamento, motivos de instauração e situação ao final do exercício.

Tabela – Processo de suspensão e cancelamento instaurados ou em curso no exercício

Nº processo	Razão social e nome fantasia da empresa beneficiária	CNPJ da empresa beneficiária	Motivo da suspensão ou cancelamento*	Situação do processo**
01200.004093/2013-91	3I Soluções Indústria e Com. de Equip. Eletrônicos Ltda.	05.561.300/0001-63	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.131, de 01/11/2013 – DOU 05/11/2013 – Portaria Reabilitação MCTI nº 673, de 02/07/2014 – DOU 03/07/2014
01200.004094/2013-25	André Luis de Toledo Mendes	71.769.673/0001-59	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.050, de 14/10/2013, DOU de 16/10/2013 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 765, de 28/07/2014, DOU de 29/07/2014
01200.003046/2014-09	Arvus Tecnologia S/A.	06.885.515/0002-83	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.044, de 02/10/2014, DOU de 03/10/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 585, de 22/07/2015, DOU 23/07/2015
01200.004095/2013-70	Bit Mais Eletro Eletrônicos Ltda.	02.979.667/0001-03	Descumprimento: § 3º do Art. 22, Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.130, de 01/11/2013 - DOU 05/11/2013 – Portaria Reabilitação MCTI nº 1.340, de 27/12/2013 – DOU 31/12/2013 – Cancelamento Desc. § 3º Art. 22: Portaria MCTI/MDIC nº 1.071, de 07/12/2015 – DOU de 08/12/2015
01200.004096/2013-14	Carci Ind. Com. Aparelhos Cirúrgicos e Ortopédicos Ltda.	61.461.034/0001/78	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.132, de 01/11/2013 – DOU 05/11/2013 – Portaria Reabilitação MCTI nº 1.342, de 27/12/2013 – DOU 31/12/2013
01200.004097/2013-69	Computer Store Comércio Ltda.	83.383.950/0001-70	Descumprimento Art. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 189, de 14/02/2014, DOU de 18/02/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 1.266, de 21/11/2014, DOU de 24/11/2014
01200.004098/2013-11	Connectimport - Ind. Com. Imp. Prod. Inf. Ltda.	07.378.950/0002-84	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.078, de 17/10/2013, DOU de 22/10/2013 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 762, de 28/07/2014, DOU de 29/07/2014
01200.004099/2013-58	FICS Brasil Informática Ltda. ME	09.177.756/0001-85	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.135, de 01/11/2013 – DOU 05/11/2013 – Portaria Reabilitação MCTI nº 1.139, de 27/12/2013 – DOU 31/12/2013 – Cancelamento a Pedido, Portaria MCTI/MDIC nº 750, de 22/07/2014 – DOU 24/07/2014
01200.004291/2013-44	Grazmetal Informática Ltda.	84.858.174/0001-80	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.182, de 12/11/2013, DOU de 13/11/2013 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 793, de 28/07/2014, DOU de 29/07/2014
01200.004295/2013-22	H Buster São Paulo Indústria e Comércio Ltda.	09.119.618/0001-40	Descumprimento Arts. 22, 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.184, de 12/11/2013, DOU de 13/11/2013 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 90, de 27/02/2015, DOU de 02/03/2015
01200.004296/2013-77	Hightech Informática Comércio e Serviços Ltda.	00.481.679/0001-88	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.190, de 14/11/2013 – DOU 18/11/2013 – Portaria Reabilitação MCTI nº 829, de 14/08/2014 – DOU 15/08/2014
01200.004101/2013-99	LCE Tecnologia da Inf. e	09.286.571/0001-09	Descumprimento Arts.	Arquivado – Portaria Suspensão

	Integração Sist. Ltda.		33 e 36 do Dec. 5.906/2006	MCTI nº 1.186, de 12/11/2013, DOU de 13/11/2013 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 764, de 28/07/2014, DOU de 29/07/2014
01200.004297/2013-11	Open Indústria e Com. de Computadores Ltda.	08.240.547/0001-76	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.349, de 27/12/2013, DOU de 31/12/2013 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 1.096, de 14/10/2014, DOU de 15/10/2014
01200.004102/2013-33	PEG do Brasil Indústria e Comércio Ltda.	11.191.910/0001-15	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.052, de 14/10/2013, DOU de 16/10/2013 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 767, de 28/07/2014, DOU de 29/07/2014
01200.004294/2013-88	Screen Service do Brasil Ind. Com. Prod. El. Ltda.	03.263.092/0001-78	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.136, de 01/11/2013, DOU de 05/11/2013 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 768, de 28/07/2014, DOU de 29/07/2014
01200.005433/2013-91	SDL Eletro - Eletrônica Ltda. EPP	11.354.726/0001-49	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.351, de 27/12/2013, DOU de 31/12/2013 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 1.095, de 14/10/2014, DOU de 15/10/2014
01200.004195/2013-77	STI - Sergipe Tecnologia em Informática Ltda.	05.146.651/0001-08	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.094, de 21/10/2013, DOU de 23/10/2013 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 769, de 28/07/2014 – DOU de 29/07/2014
01200.004103/2013-88	Telefonia Santa Marta Com. Imp. Equip. Ele. Ltda.	94.567.617/0001-37	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.185, de 12/11/2013, DOU de 13/11/2013 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 770, de 28/07/2014, DOU de 29/07/2014
01200.004104/2013-22	Tech Corp Indústria Tecnologia Corporativa Ltda.	10.226.773/0001-44	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.134, de 01/11/2013 – DOU 05/11/2013 – Portaria Reabilitação MCTI nº 672, de 02/07/2014 – DOU 03/07/2014
01200.004293/2013-33	UE Brasil Tecnologia Ltda.	08.438.042/0001-10	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.133, de 01/11/2013, DOU de 05/11/2013 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 772, de 28/07/2014, DOU de 29/07/2014
01200.004063/2014-55	3I Soluções Ind. Com. Equip. Eletr. Ltda.	05.561.300/0001-63	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.282, de 21/11/2014, DOU de 24/11/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 1.078, de 07/12/2015 – DOU de 08/12/2015
01200.004113/2014-02	All Earth Comércio de Eletrônicos Ltda.	09.173.898/0001-74	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.155, de 24/10/2014, DOU de 27/10/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 576, de 22/07/2015 – DOU 23/07/2015
01200.004129/2014-15	Arquimedes Automação e Informática Ltda.	05.374.975/0001-01	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.277, de 21/11/2014 – DOU 24/11/2014 – Portaria Reabilitação MCTI nº 1.387, de 19/12/2014 – DOU 22/12/2014
01200.004121/2014-41	C&A Computadores Ltda.	02.280.151/0001-76	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.156, de 24/10/2014, DOU de 27/10/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 577, de 55/07/2015 – DOU 23/07/2015
01200.004112/2014-50	CAM Brasil Multiserviços Ltda.	04.214.233/0001-48	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.271, de 21/11/2014 – DOU de 24/11/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 892, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015
01200.004111/2014-13	Cleonice Maria de Souza & Cia Ltda.	06.249.307/0001-07	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.278, de 21/11/2014, DOU de 24/11/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 1.073, de 07/12/2015 – DOU

				08/12/2015
501200.004123/2014-30	DAE Eletrônica Ltda.	59.236.844/0001-89	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.149, de 24/10/2014 – DOU 27/10/2014 – Portaria Reabilitação MCTI nº 419, de 15/06/2015 – DOU 16/06/2015
01200.004071/2014-57	Datasonic Indústria e Distribuição de Eletrônicos Ltda.	07.179.175/0001-57	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.268, de 21/11/2014 – DOU 24/11/2014 – Portaria Reabilitação MCTI nº 1.426, de 31/12/2014 – DOU 06/01/2015
01200.004125/2014-29	Digibrás Indústria do Brasil S/A.	07.130.025/0004-00	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.275, de 21/11/2014, DOU de 24/11/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 894, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015
01200.004072/2014-46	Distak Computadores Ltda.	05.410.128/0001-47	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.159, de 24/10/2014 – DOU 27/10/2014 – Portaria Reabilitação MCTI nº 420, de 15/06/2015 – DOU 16/06/2015
01200.004122/2014-95	DIXI-TI Serviços em Tec. da Inform. Ltda. ME	10.278.563/0001-08	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.285, de 21/11/2014, DOU de 24/11/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 1.081, de 07/12/2015 – DOU 08/12/2015
01200.004104/2014-11	Eaton Power Quality Industrial Ltda.	49.032.667/0001-85	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.157, de 24/10/2014, DOU de 27/10/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 581, de 22/07/2015 – DOU 23/07/2015
01200.004108/2014-91	Ebercon Empreend. Comerc. Indl. Ltda.	69.272.441/0002-20	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.294, de 25/11/2014, DOU de 26/11/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 1.080, de 07/12/2015 – DOU 08/12/2015
01200.004074/2014-35	Eletro Parts MG Ind. Com. Prod. Eletr. Ltda.	08.286.294/0001-71	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.286, de 21/11/2014, DOU de 24/11/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 1.076, de 07/12/2015 – DOU 08/12/2015
01200.004124/2014-84	Emerson Sistemas de Energia Ltda.	03.698.870/0001-74 03.698.870/0007-60	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.160, de 24/10/2014, DOU de 27/10/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 582, de 22/07/2015 – DOU 23/07/2015
01200.004110/2014-61	EVA Informática Ltda.	03.718.578/0001-76	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.267, de 21/11/2014, DOU de 24/11/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 1.069, de 07/12/2015 – DOU 08/12/2015
01200.004070/2014-57	Fabinject Indústria Comércio Import. e Exportação Ltda.	02.289.126/0001-53	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.269, de 21/11/2014 – DOU 24/11/2014 – Portaria Reabilitação MCTI nº 1.386, de 19/12/2014 – DOU 22/12/2014
01200.004107/2014-47	FAE - Ferragens e Aparelhos Elétricos Ltda.	07.281.413/0001-30	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.154, de 24/10/2014, DOU de 27/10/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 580, de 22/07/2015 – DOU 23/07/2015
01200.003982/2014-10	Ferreira Lopes Comex e Participações Ltda.	13.352.511/0001-14	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.273, de 21/11/2014, DOU de 24/11/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 882, de 02/10/2015 – DOU 08/10/2015
01200.004109/2014-36	FSE - Fábrica de Sistemas de Energia Ltda.	01.673.514/0001-70	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.274, de 21/11/2014, DOU de 24/11/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 886, de 02/10/2015 – DOU 08/10/2015
01200.004067/2014-33	Golden Eye Proteção Automotiva Ltda.	04.411.341/0001-00	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.272, de 21/11/2014, DOU de 24/11/2014 – Portaria

				Cancelamento MCTI/MDIC nº 1.070, de 07/12/2015 – DOU 08/12/2015
01200.004128/2014-62	IMBP Networking Corporation Ltda.	04.847.613/0001-10	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.153, de 24/10/2014, DOU de 27/10/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 583, de 22/07/2015 – DOU 23/07/2015
01200.004064/2014-08	Monytel S/A.	49.773.625/0001-85	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.280, de 21/11/2014, DOU de 24/11/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 983, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015
01200.004445/2014-89	Overmax do Brasil Soluções em Tenologia Ltda.	00.902.770/0001-20	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.297, de 25/11/2014, DOU de 26/11/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 1.077, de 07/12/2015 – DOU 08/12/2015
01200.004068/2014-88	Paranaíba Telecom - Ind. de Tel. Celul. Ltda.	12.742.983/0001-10	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.161, de 24/10/2014, DOU de 27/10/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 229, de 15/04/2015 – DOU 17/04/2015
01200.004678/2014-81	RAD do Brasil Indústria e Comércio Ltda.	04.662.863/0001-01 04.662.863/0002-92	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.296, de 25/11/2014, DOU 26/11/2014 – Portaria Reabilitação MCTI nº 8, de 22/01/2015 – DOU 23/01/2015
01200.004065/2014-44	SC&C Indústria Eletrônica Ltda.	06.242.969/0001-55 06.242.969/0003-14	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.150, de 24/10/2014 – DOU 27/10/2014 – Portaria Reabilitação MCTI nº 98, de 27/02/2015 – DOU 02/03/2015
01200.004106/2014-01	Sensobron Eletrônica Ltda.	05.034.786/0001-81	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.276, de 21/11/2014, DOU de 24/11/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 1.067, de 07/12/2015 – DOU 08/12/2015
01200.003983/2014-56	SER Com. Atac. Varej. Equip. Informática Ltda.	01.011.209/0001-13	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.284, de 21/11/2014, DOU de 24/11/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 1.074, de 07/12/2015 – DOU 08/12/2015
01200.004541/2014-27	Sicad Soluções Ltda.	11.404.618/0001-33	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.298, de 25/11/2014, DOU de 26/11/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 1.068, de 07/12/2015 – DOU 08/12/2015
01200.004446/2014-23	Sight GPS Importação e Representações Ltda.	02.197.876/0004-48	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.299, de 25/11/2014, DOU de 24/11/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 1.075, de 07/12/2015 – DOU 08/12/2015
01200.003984/2014-09	Sominiun Tecnologia Ltda.	96.461.249/0001-73	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MC/TI nº 1.283, de 21/11/2014, DOU de 24/11/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 885, de 02/10/2015 – DOU 08/10/2015
01200.004105/2014-58	Sonoco do Brasil Ltda.	00.496.586/0021-70	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.270, de 21/11/2014, DOU de 24/11/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 1.082, de 07/12/2015 – DOU 07/12/2015
01200.003980/2014-12	Spinner Com. Equipamentos Eletroeletr. Ltda.	12.625.520/0001-79	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.158, de 24/10/2014, DOU de 27/10/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 584, de 22/07/2015 – DOU 23/07/2015
01200.004126/2014-73	SVM Brasil Distribuidora Prod. Inform. Ltda.	07.279.776/0002-12	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.151, de 24/10/2014, DOU de 27/10/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 579,

				de 22/07/2015 – DOU 23/07/2015
01200.004127/2014-18	Tacom Engenharia e Projetos Ltda.	01.005.845/0001-32	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.281, de 21/11/2014, DOU de 24/11/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 243, de 15/04/2015 – DOU 17/04/2015
01200.004120/2014-04	Titan Solution Equipamentos de Inform. Ltda.	10.925.387/0001-40	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.279, de 21/11/2014, DOU de 24/11/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 1.079, de 07/12/2015 – DOU 08/12/2015
01200.003981/2014-67	Virtec Brasil Indústria, Com. e Serviços Ltda.	08.580.429/0001-07	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.152, de 24/10/2014, DOU de 27/10/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 821, de 22/09/2015 – DOU 23/09/2015
01200.004540/2014-82	XTA Brasil Com. e Ind. de Equip. Inform. Ltda.	64.673.940/0001-24	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.293, de 25/11/2014, DOU de 26/11/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 884, de 02/10/2015 – DOU 08/10/2015
01200.004447/2014-78	ZTE do Brasil Ind., Com., Serv. e Partic. Ltda.	05.216.804/0001-46	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.295, de 25/11/2014, DOU de 26/11/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 883, de 02/10/2015 – DOU 08/10/2015
01200.000291/2015-37	RM Indústria de Eletrônicos Ltda.	03.313.250/0001-70	Descumprimento Art. 36, § 2º do Dec. 5.906/2006 (Exercícios de 2006 e 2008 – Valores dos Débitos: 2006=R\$4.701,28 e 2008=R\$17.825,05)	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 275, de 28/04/2015 – DOU 27/04/2015 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 124, de 16/02/2016 – DOU 17/02/2016
01200.004260/2015-55	AGC Indústria e Comércio de Equip. Eletr. e Eletrônicos Ltda.	07.987.840/0001-39	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 988, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004511/2015-00	ATI – Automação Telecom. e Informática Ltda.	23.311.229/0001-80	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.019, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Portaria Reabilitação MCTI nº 99, de 01/02/2016 – DOU 02/02/2016
01200.004256/2015-97	Automatiza Sistemas Ltda.	04.698.769/0001-86	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 985, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Portaria Reabilitação MCTI nº 21, de 08/01/2016 – DOU 11/01/2016
01200.004255/2015-42	Bilfinger Mauell Serviços de Engenharia Ltda.	62.941.281/0001-34	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.004, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004257/2015-31	Biosensor Indústria e Comércio Ltda.	00.008.354/0001-82	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 987, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004258/2015-86	BMI Eletrônica Indústria e Comércio Ltda.	52.335.981/0001-21 52.335.981/0002-02	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 986, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004252/2015-17	BR1 Distribuidora de Produtos de Informática Ltda.	07.123.164/0001-55	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.022, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004253/2015-53	Competence Indústria Metalurg. E Automação Ltda.	11.338.577/0001-24	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 996, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004590/2015-41	Dexcom Indústria e Comércio de Informática Ltda.	07.875.712/0001-01	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.257, de 14/12/2015 – DOU 15/12/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004351/2015-91	Distak Computadores Ltda.	05.410.128/0001-47	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.006, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004254/2015-06	Dynalf Indústria de Componentes Eletrônicos Ltda.	04.631.183/0001-02	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.003, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Portaria Reabilitação MCTI nº 24, de 08/01/2016 – DOU 11/01/2016
01200.005414/2015-35	EGPX Indústria e Comércio de Produtos Eletrônicos Ltda.	16.629.999/0001-72	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.024, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004417/2015-42	Elgin S.A.	52.556.578/0001-22	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 997, de 27/11/2015 –

				DOU 30/11/2015 – Portaria Reabilitação MCTI nº 98, de 01/02/2016 – DOU 02/02/2016
01200.004357/2015-68	Fácil Computadores Indústria e Comércio Ltda.	06.325.441/0001-40	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 999, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004248/2015-41	Gelth Sistemas Eletrônicos Ltda.	02.357.885/0001-06	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.011, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004583/2015-49	Genialtec Soluções em Informática Ltda. ME	10.234.700/0001-02	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.126, de 14/12/2015 – DOU 15/12/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004577/2015-91	Gieseck e Devrient América do Sul S.A.	04.400.995/0001-39	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.016, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004261/2015-08	High Bridge Solutions Indústria Eletrônica Ltda.	09.514.660/0002-46	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.005, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Portaria Reabilitação MCTI nº 23, de 08/01/2016 – DOU 11/01/2016
01200.004521/2015-37	Howcom Indústria, Com. Serviços em Inform. Eletr. Ltda.	10.836.739/0001-91	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 989, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Portaria Reabilitação MCTI nº 20, de 08/01/2016 – DOU 11/01/2016
01200.004517/2015-79	Inovação Tecnologia Ltda.	08.575.594/0001-70	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.025, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004418/2015-97	FJA Eletrônicos Indústria e Comércio Ltda.	06.164.639/0001-99	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 990, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004420/2015-66	LI Computadores Indústria e Comércio Ltda.	10.350.043/0002-31	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.018, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004421/2015-19	Marxtel Indústria e Comércio de Produtos Eletrônicos Ltda.	08.109.805/0001-80	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 991, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004365/2015-12	Max Free Indústria e Comércio Import. e Export. Ltda.	08.811.814/0001-15	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.000, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004592/2015-30	Megaware Industrial Ltda.	00.537.541/0001-53	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.013, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004585/2015-38	Memory One Indústria e Comércio de Informática Ltda.	10.199.240/0001-10	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 993, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004589/2015-16	Microboard Indústria e Comércio de Produtos Eletrônicos Ltda.	07.783.016/0001-67	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.014, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004362/2015-71	Micropress S.A.	56.606.544/0001-56	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.023, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Portaria Reabilitação MCTI nº 22, de 08/01/2016 – DOU 11/01/2016
01200.004355/2015-79	Myatech Indústria Comércio e Serviços Ltda.	07.695.362/0002-74	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.008, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004425/2015-99	Neocontrol Soluções em Automação Ltda.	07.048.760/0001-18	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.010, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Portaria Reabilitação MCTI nº 25, de 08/01/2016 – DOU 11/01/2016
01200.004512/2015-46	Nife Baterias Industriais Ltda.	61.275.137/0001-43	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.027, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004516/2015-24	Omega Informática Ltda.	02.622.506/0001-68	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.026, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004366/2015-59	Omega Tecnologia da Informação Ltda. EPP	04.808.453/0001-08	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.002, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Portaria Reabilitação MCTI nº 91, de 27/01/2016 – DOU 28/01/2016
01200.004356/2015-13	Omnisys Engenharia Ltda.	01.773.463/0001-59	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 995, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Portaria Reabilitação MCTI nº 26, de

				08/01/2016 – DOU 11/01/2015
01200.004364/2015-60	Oppitz Soluções Tecnológicas e Participações Ltda.	04.379.842/0001-57 04.379.842/0003-19	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.001, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004422/2015-55	Opto Eletrônica S.A.	54.253.661/0001-58	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 992, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004586/2015-82	Portotec – Indústria e Comércio de Computadores Ltda.	07.421.794/0001-06	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.015, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004578/2015-36	Prime Tek Indústria do Brasil Ltda.	06.260.757/0001-09	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.128, de 14/12/2015 – DOU 15/12/2015 – Cancelamento a Pedido: Portaria MCTI/MDIC nº 194, de 07/03/2016 – DOU 08/03/2016
01200.004518/2015-13	Prorege do Brasil Ltda.	19.998.178/0001-39	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.009, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Portaria Reabilitação MCTI nº 97, de 01/02/2016 – DOU 02/02/2016
01200.004510/2015-57	Power Fast Indústria, Comércio Import. e Export. Ltda.	12.848.078/0002-20	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.028, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004427/2015-88	R E F Serviços de Informática Ltda.	06.044.730/0001-70	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.030, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004426/2015-81	Redecamp Indústria Comércio Serv. de Telecom. S.A.	05.425.950/0001-81	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.020, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004513/2015-91	Reistar Indústria e Comércio de Eletrônicos Ltda.	05.949.989/0002-89	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.021, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004594/2015-29	Reycom Indústria e Comércio de Produtos de Informática Ltda.	07.839.070/0001-87	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.130, de 14/12/2015 – DOU 15/12/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004352/2015-35	RMS Indústria de Equipamentos Eletrônicos Ltda.	94.414.000/0001-81	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.007, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004429/2015-77	S&V Consultoria Ind. Com. Equip. Eletr. Software Ltda.	01.730.203/0001-04	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.029, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004519/2015-68	Tech Corp Indústria Tecnologia Corporativa Ltda.	10.226.773/0001-44	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.017, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004593/2015-84	Techlink Indústria Eletrônica da Bahia Ltda.	03.624.332/0001-35	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.012, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004423/2015-08	Tecpoint Sistemas de Automação Ltda.	60.423.713/0001-56	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 994, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004363/2015-16	Telemed Automação e Controle de Líquidos Ltda.	47.380.365/0001-52	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 998, de 27/11/2015 – DOU 30/11/2015 – Prazo: 180 dias
01200.004595/2015-73	Webcarstore do Brasil Acessórios Automotivos Ltda.	00.882.271/0001-18	Descumprimento Art. 33 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.129, de 14/12/2015 – DOU 15/12/2015 – Prazo: 180 dias

SECRETARIA DE POLÍTICA DE INFORMÁTICA (SEPIN/MCTI)

Informações sobre gestão de ativos:

a) Arrecadação em favor do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) – tabela com detalhamento por modalidades legais;

Tabela – Arrecadação em favor do FNDCT por modalidade legal

Ano-base**	Depósitos Trimestrais (Decreto 5.906/2006, art. 8º, § 1º, inc. III) *	Recursos Financeiros Residuais (Decreto 5.906/2006, art. 10, §2º, e art. 35, inc. I)	Recursos Financeiros Residuais (Decreto 5.906/2006, art. 10, §2º, e art. 35, inc. II)	Opção de Investimento (Decreto 5.906/2006, art. 10, §3º, e art. 35)	Parcelamento ou Quitação de Débitos (Decreto 5.906/2006, art. 37, caput, e §3º)
2008	60.309.503,20	2.633.834,50		567.904,63	3.077.555,61

2009	55.821.469,71	6.409.070,25	126.199,34	4.478.524,21
2010	65.867.834,79	5.963.739,19	1.045,36	5.119.069,39
2011	72.516.906,28	5.082.295,94	214.158,13	38.676.012,71
2012	88.765.012,45	4.286.982,92	337.684,23	42.906.295,05
2013	102.720.016,34	28.624.196,78	99.691,16	40.058.775,97
2014	111.487.391,43	5.364.434,13	45.825,61	74.693.976,26
2015	115.193.149,37	9.946.130,19	311.866,51	27.397.424,79

* Apenas os Depósitos Trimestrais apresentam uma correlação com os depósitos realizados em anos anteriores, pois são calculados com base no faturamento trimestral com bens incentivados pela empresa habilitada aos incentivos fiscais da Lei nº 8.248/91.

b) Arrecadação em favor dos Programas e Projetos Prioritários (PPIs) – tabela e dados sobre Programas e Projetos Prioritários (PPIs) no último exercício, entidade executora, valores aportados, objetivos e subprojetos em execução;

Tabela – Arrecadação em favor de PPIs

Exercício*	Saldo em 31/12 do exercício anterior	Arrecadação no exercício	Transferência de recursos no exercício em favor de PPIs**	Saldo de recursos em 31/12 do exercício
2011	14.411.349,15	12.053.185,68	9.554.004,12	18.527.621,42
2012	18.527.621,42	5.805.242,57	889.640,86	25.328.056,87
2013	25.328.056,87	30.920.611,93	3.365.000,00	56.698.171,55
2014	56.698.171,55	22.833.726,30	7.563.370,00	79.645.398,26
2015	79.645.398,26	12.621.901,67	15.000.000,00	83.863.536,20
TOTAIS	194.610.597,25	84.234.668,15	36.372.014,98	---

A Tabela a seguir apresenta os Programas e Projetos Prioritários (PPIs) vigentes, entidade executora e valores aportados, para os anos de 2011 a 2015:

Tabela – PPIs Projetos vigentes no período

Exercício	Ofício Transferência	Instituição Executora	Projeto	Data Transferência	Valor Transferido
2011	Repasse Ofício/MCT/SEPIN nº 572/2010	Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro - SOFTEX	SOFTEX	03/01/2011	R\$ 712.000,00
2011	Repasse Ofício/MCT/SEPIN nº 568/2010	Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro - SOFTEX	SOFTEX	03/01/2011	R\$ 1.450.597,00
2011	Repasse Ofício/MCT/SEPIN nº 570/2010	Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro - SOFTEX	SOFTEX	03/01/2011	R\$ 551.000,00
2011	Repasse Ofício/MCT/SEPIN nº 565/2010	Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro - SOFTEX	SOFTEX	11/01/2011	R\$ 1.522.715,98
2011	Repasse Ofício/MCT/SEPIN nº 581/2010	RNP Rede Nacional de Ensino e Pesquisa	RNP	12/01/2011	R\$ 1.095.000,00
2011	Repasse Ofício/MCT/SEPIN nº 575/2010	RNP Rede Nacional de Ensino e Pesquisa	RNP	13/01/2011	R\$ 652.832,00
2011	Repasse Ofício/MCT/SEPIN nº 06/2010	Facti - Fundação de Apoio a Capacitação em TI	PNM DESIGN	18/01/2011	R\$ 630.000,00
2011	Repasse Ofício/MCT/SEPIN nº 579/2010	RNP Rede Nacional de Ensino e Pesquisa	RNP	19/01/2011	R\$ 587.620,00
2011	Repasse Ofício/MCT/SEPIN nº 577/2010	RNP Rede Nacional de Ensino e Pesquisa	RNP	19/01/2011	R\$ 583.900,00
2011	Repasse Ofício/MCT/SEPIN nº 05/2010	Instituto de Pesquisa Eldorado	PNM DESIGN	20/01/2011	R\$ 731.000,00
2011	Repasse Ofício/MCT/SEPIN nº 179/2011	Facti - Fundação de Apoio a Capacitação em TI	HARDWARE BR	13/07/2011	R\$ 1.037.339,14
2012	Repasse Ofício/MCT/SEPIN nº 192/2012	Facti - Fundação de Apoio a Capacitação em TI	PNM DESIGN /HARDWARE BR	07/05/2012	R\$ 889.640,86
2013	Repasse Ofício/MCT/SEPIN nº 285/2013	Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro - SOFTEX	SOFTEX	19/06/2013	R\$ 3.365.000,00
2014	Repasse Ofício/MCT/SEPIN nº 418/2014	Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro - SOFTEX	SOFTEX	29/09/2014	R\$ 1.915.000,00
2014	Repasse Ofício/MCT/SEPIN nº 562/2014	Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro - SOFTEX	SOFTEX	12/12/2014	R\$ 5.648.370,00
2015	Repasse Ofício 098 - GAB/SEPIN	RNP Rede Nacional de Ensino e Pesquisa	RNP	27/02/2015	15.000.000,00

TOTAL	R\$ 36.372.014,98
-------	----------------------

c) *Gestão dos débitos de aplicação insuficiente em P&D – tabelas com dados gerais e de eficiência do processo de cobrança de débitos de P&D (glosas) em favor do FNDCT;*

Tabela (a) – Estoque de débitos de aplicação insuficiente em P&D da Lei de Informática (em R\$)

Ano-base*	Total de débitos de P&D após análise técnica do RD (A)**	Débitos de P&D com exigibilidade suspensa por força de contestação (B)	Débitos de P&D com exigibilidade suspensa por força de recurso ao Ministro de Estado (C)	Total de débitos de P&D plenamente exigíveis (D)
2007	22.590.470,84	17.948.597,12	0	4.641.873,72
2008	8.591.481,15	6.002.541,55	0	2.588.939,60
2009	12.327.010,92	8.337.135,55	0	3.989.875,37
2010	13.609.807,14	6.643.092,24	0	6.966.714,90
2011	531.138,78	152.106,08	0	379.032,70
2012	0	0	0	0
2013	0	0	0	0
2014	0	0	0	0
TOTAIS	57.649.908,83	39.083.472,54	0	18.566.436,29

Tabela (b) – Eficiência do processo de cobrança de débitos de P&D (glosas) em favor do FNDCT (em R\$)

Ano-base*	Total de débitos de P&D exigíveis (A)**	Valores recolhidos no exercício em favor do FNDCT (B)**	Valores exigíveis mas não recolhidos no exercício* em favor do FNDCT (C)**	Valores exigíveis há mais de seis meses sem sucesso (D)***
2007	4.641.873,72	157.285,50	4.485.588,22	2.627.111,72
2008	2.588.939,60	61.316,95	2.527.622,65	2.240.167,11
2009	3.989.875,37	78.021,10	3.911.854,27	2.300.387,56
2010	6.966.714,90	53.677,76	6.913.037,14	1.895.051,16
2011	379.032,70	5.832,15	373.200,55	246.232,89
2012	0,00	0,00	0	0,00
2013	0,00	0,00	0	0,00
2014	0,00	0,00	0	0,00
TOTAIS	18.566.436,29	356.133,46	18.210.302,83	9.308.950,44

d) *Avaliação das razões do sucesso ou insucesso dos procedimentos de cobrança administrativa de débitos de aplicação insuficiente em P&D;*

A SEPIN/MCTI entende ser necessário aperfeiçoar os procedimentos de cobrança administrativa de débitos de aplicação insuficiente em P&D, utilizando preferencialmente sistema informatizado. Nos casos de aviso de débitos com mais de 6 meses sem manifestação da empresa, a SEPIN procede à suspensão dos incentivos conforme o disposto no art. 36 do Decreto nº 5.906/2006.

e) *Avaliação da adequação, suficiência e qualidade dos procedimentos administrativos de cobrança administrativa de débitos de aplicação insuficiente em P&D. Apresentar eventuais inovações ou modificações introduzidas nesse processo de trabalho no exercício sob exame, de forma a maximizar o potencial de arrecadação dos débitos de aplicação insuficiente em P&D;*

A SEPIN adotou melhorias nos procedimentos de acompanhamento dos avisos de débitos encaminhados para as empresas, baseada em controle visual das correspondências expedidas referentes às cobranças administrativas de débitos de aplicação insuficiente em P&D.

f) Medidas adotadas para garantir que os débitos de aplicação insuficiente em P&D cujos procedimentos de cobrança administrativa não lograram sucesso se revertam em arrecadação para o FNDCT.

A SEPIN procede, conforme previsto na legislação (Decreto no 5.906/2006), à Suspensão, ao Cancelamento e posterior comunicação à RFB, para os casos de não quitação dos débitos de P&D.

g) Informações sobre auditorias e inspeções de P&D nas empresas beneficiárias – tabela com dados gerais acompanhada das conclusões obtidas a partir das fiscalizações nos projetos, em termos de: caráter inovador; relevância social; perspectivas comerciais, geração de capacitação; qualificação da equipe envolvida; e geração de empregos.

Tabela – Realização de auditorias e inspeções de P&D

Exercício	HDF* em empresas beneficiárias	HDF* em instituições conveniadas das beneficiárias	Nº de empresas / nº de projetos próprios de empresas visitados	Nº de institutos / nº de projetos conveniados visitados
2011	10	8	4/9	2/3
2012	0	0	0	0
2013	40,5	44,5	14/30	9/35
2014	57	3	23/50	1/2
2015	10	5	4/8	2/4
TOTAIS	117,50	60,50	45/97	14/44

Obs.: HDF é uma medida de esforço fiscalizatório que representa a quantidade de homens/dia/fiscalização *in loco*. Exemplos: fiscalização com duração de um dia com um servidor representa 1 HDF (1x); fiscalização com duração de três dias com dois servidores representa 6 HDF (2x3); fiscalização com duração de meio dia (um período manhã ou tarde) com um servidor representa ½ HDF.

A SEPIN/MCTI, em suas auditorias e inspeções de P&D, avalia a estrutura de P&D das empresas e das instituições de ensino e pesquisa e busca evidências da real execução do projeto, servindo de subsídios para análise dos RDAs.

As auditorias e inspeções de P&D permitem a constatação da qualificação das equipes de P&D, das parcerias e das metodologias utilizadas na execução dos projetos, que possibilita à equipe da SEPIN/MCTI uma visão da realidade de P&D, como contrapartida da fruição aos incentivos fiscais da lei de Informática.

Adicionalmente busca-se sanar eventuais dúvidas das empresas e instituições na execução e contratação (realização de convênios) de projetos e apresentar sugestões de melhorias nos controles dos dispêndios.

g) Informações sobre fiscalizações de cumprimento de Processo Produtivo Básico (PPB) – tabela que retrate a atuação fiscalizatória da Sepin/MCTI e da SDP/MDIC em relação ao cumprimento dos PPBs.

Tabela – Realização de fiscalizações de cumprimento de Processo Produtivo Básico (PPB)

Exercício	Nº de empresas fiscalizadas à distância	Nº de empresas fiscalizadas <i>in loco</i>	Nº de casos de descumprimento de PPB**	Nº de denúncias externas de descumprimento de PPB encaminhadas para fiscalização
2011	0	26	1	0
2012	1	29	2	0
2013	7	32	6	3
2014	0	22	2	6
2015	3	28	6	1
TOTAIS	11	137	17	10

h) Avaliação do P&D incentivado pela Lei de Informática – tabela com a apuração dos valores dos indicadores exemplificativos previstos no Decreto 5.906/2006, art. 24, § 2º, ou outros ao critério da unidade, informando o alcance do grupo de projetos de P&D avaliados (universo ou amostra).

No ano de 2015 foram avaliados 229 RDAs, que totalizaram 385 projetos de P&D com indicação dos seguintes indicadores de resultados:

Tabela: Projetos avaliados (Indicadores de Resultados)

Ano Base	Número de Projetos Avaliados	Quantidade de Patentes Requeridas	Quantidade de Publicações Técnicas	Empresas/RDs
2006	17	0	0	8
2007	29	0	0	14
2008	60	0	0	33
2009	131	3	13	74
2010	130	16	45	100
2011	18	1	25	7
2012	0	---	---	0
2013	0	---	---	0
2014	0	---	---	0

i) Valores ou tabelas (em formato livre) com estatísticas e/ou indicadores relacionados à avaliação quantitativa e qualitativa da atuação dos institutos conveniados que executaram projetos com recursos de contrapartida de P&D das empresas beneficiárias no exercício.

Nome do Instituto	Projetos Executados em 2014	Valor Total Repassado para os Projetos	Projetos que Geraram Patentes	Projetos que Geraram Publicações
ELDORADO - Instituto de Pesquisas Eldorado	101	133.802.745,32	0	5
UFPE - Universidade Federal de Pernambuco	19	76.311.916,30	1	8
C.E.S.A.R - Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife	62	69.919.888,32	7	9
SIDI - Samsung Instituto de Desenvolvimento para a Informática	15	39.085.305,36	2	0
VENTURUS - Venturus Centro de Inovação Tecnológica	62	36.047.403,37	0	0
UFC - Universidade Federal do Ceará	54	26.814.433,21	4	23
FIT - Flextronics Instituto de Tecnologia	36	26.111.255,41	1	2
BRISA - Brisa Sociedade para o Desenvolvimento da Tecnologia da Informação	14	23.487.056,76	0	0
PUC PR - Pontifícia Universidade Católica do Paraná	4	20.927.499,39	0	2
UFCG - Universidade Federal de Campina Grande	31	16.882.205,82	0	7
LSI-TEC - Associação do Laboratório de Sistemas Integráveis Tecnológico	5	16.664.105,33	0	0
ATLÂNTICO - Instituto Atlântico	33	14.795.205,02	2	2
CPqD - Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações	46	12.812.173,01	3	4
MACKENZIE - Universidade Presbiteriana Mackenzie - Programa de Pós-graduação em Engenharia Elétrica	1	12.502.783,66	0	0

UECE - Universidade Estadual do Ceará	46	11.632.724,18	1	3
FUCAPI - Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica	2	10.285.609,37	0	0
FITec - Fundação para Inovações Tecnológicas	63	9.976.991,19	1	1
PUC RS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - Faculdade de Informática - FACIN	16	7.971.649,52	2	10
INATEL - Instituto Nacional de Telecomunicações - Instituto Nacional de Telecomunicações, mantido pela FINATEL - Sede	40	7.220.845,69	0	1
IFCE - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará	8	6.349.489,96	0	0
SAPIENTIA - Instituto Sapientia	11	6.267.266,24	2	1
CERTI - Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras	22	5.710.837,73	2	1
SENAC-SP - Centro Universitário SENAC	2	4.790.146,14	0	0
PUC Rio - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - Departamento de Informática - INF	1	4.473.068,79	0	0
IRT - Instituto Recôncavo de Tecnologia	13	4.365.852,65	0	0
IFPB - Instituto Federal da Paraíba	13	3.798.997,86	0	3
FACTI - Fundação de Apoio à Capacitação em TI	2	2.808.270,76	0	0
CITS - Centro Internacional de Tecnologia de Software	24	2.804.873,70	1	3
UnB - Universidade de Brasília - Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico - CDT	14	2.773.155,41	0	1
UCB - Universidade Católica de Brasília	1	2.313.771,80	0	0
SENAI-BA - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial da Bahia	11	2.255.911,50	0	0
UNIFOR - Universidade de Fortaleza	3	1.925.382,37	0	1
USP - Universidade de São Paulo	10	1.891.756,92	1	3
UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas - Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação - FEEC	2	1.726.061,29	1	2
CEPEDI - Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Tecnológico em Informática e Eletroeletrônica de Ilhéus	10	1.689.588,41	0	3
UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas - Instituto de Computação - IC	13	1.648.953,29	4	13
VON BRAUN - Centro de Pesquisas Avançadas Wernher Von Braun	2	1.624.071,94	0	0
SOFTEX Recife - Centro de Excelência em Tecnologia de Software do Recife	7	1.458.568,53	5	5
CTS - Instituto Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologia de Software	9	1.357.369,87	0	1
SOFTSUL - Associação Sul-riograndense de Apoio ao Desenvolvimento de Software	10	1.312.625,81	0	0
UFPA - Universidade Federal do Pará	4	1.081.641,75	2	3
FDTE - Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia	11	1.070.000,00	5	9
UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte	6	1.031.113,35	1	0
CITEB Incubadora - Centro de Inovação e Tecnologia de Biquaçu	3	974.860,52	0	0
ITIC (ANTIGO INSOFT) - Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação (antigo Instituto do Software do Ceará)	5	925.752,36	0	1
UNERJ - Centro Universitário Católico de Santa Catarina (Ex-Centro Universitário de Jaraguá do Sul)	17	924.875,75	2	2
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina	7	922.346,42	0	6

SENAI-CE - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Departamento Regional do Ceará	5	898.367,24	1	1
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Instituto de Informática - INF	5	784.667,33	1	2
UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz	7	735.517,00	0	1
IFBA - Instituto Federal da Bahia	3	689.891,56	0	0
UFMA - Universidade Federal do Maranhão	2	529.217,78	0	1
UNIFEI - Universidade Federal de Itajubá	6	522.748,00	0	1
FEEVALE - Centro Universitário FEEVALE	2	515.980,15	0	1
LACTEC - Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento	6	474.127,00	0	2
PUC RS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - Laboratórios Especializados em Eletroeletrônica - LABELO	1	439.950,90	0	0
UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná	4	436.928,73	0	4
UNIVAP Incubadora - Incubadora Tecnológica UNIVAP	1	415.299,00	0	0
UFMS - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul	1	389.300,00	0	0
IBTI - Instituto Brasília de Tecnologia e Inovação	8	389.160,35	0	0
IFGO - Instituto Federal de Goiás	1	379.665,37	0	1
CIETEC - Centro Incubador de Empresas Tecnológicas	5	336.939,85	0	0
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro	2	311.528,78	0	1
SENAI-PR - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial Unidade Cidade Industrial de Curitiba	2	270.743,00	0	0
UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos	6	256.575,72	0	0
IESD - Incubadora Empresarial Santos Dumont	1	212.000,00	0	0
UFPB - Universidade Federal da Paraíba	2	189.588,77	0	0
PUC Rio - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - Departamento de Engenharia Elétrica - ELE	2	181.000,00	2	0
UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto	3	178.511,68	2	2
FACENS - Faculdade de Engenharia de Sorocaba - Departamento de Engenharia Elétrica e de Automação	4	168.028,97	0	0
UNITAU - Universidade de Taubaté	4	154.090,95	0	0
UFS - Universidade Federal de Sergipe	1	145.756,28	0	0
IFRN-RN - Instituto Federal do Rio Grande do Norte	1	144.267,65	0	1
IFMA - Instituto Federal do Maranhão	1	144.267,65	1	1
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Departamento de Engenharia Elétrica - ELETRO	2	135.525,57	0	1
URB - Universidade Regional de Blumenau	1	123.692,80	0	1
UFSM - Universidade Federal de Santa Maria	2	101.731,00	0	2
UFES - Universidade Federal do Espírito Santo	1	91.286,08	0	1
UNIVALI - Universidade do Vale do Itajaí	2	83.330,00	0	0
UPE - Universidade de Pernambuco	1	77.055,00	0	0
CIENTEC - Fundação de Ciência e Tecnologia	2	72.417,22	0	0
SENAI-SC - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial de Santa Catarina	5	60.000,00	0	5
UNISALLE - Centro Universitário La Salle	1	51.645,71	0	0
UFBA - Universidade Federal da Bahia	1	42.695,41	0	0
UNIVEM - Centro Universitário Eurípides de Marília	1	40.165,03	0	0
FEI - Centro Universitário da FEI	1	32.328,96	0	1
ULBRA - Universidade Luterana do Brasil	2	11.049,68	0	0

PUC RS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - Faculdade de Engenharia - FENG	1	3.150,00	0	0
UNIVAP - Universidade do Vale do Paraíba	4	0,00	0	0
UNISUL - Universidade do Sul de Santa Catarina	1	0,00	0	0
IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo	2	0,00	0	0
INCOR-HC - Instituto do Coração do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo	1	0,00	0	1
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais	8	0,00	5	8
FAI - Faculdade de Administração e Informática	1	0,00	0	0
UFSCar - Universidade Federal de São Carlos	1	0,00	0	1
SENAI-RS - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Departamento Regional do Rio Grande do Sul	1	0,00	0	0
MIDI - Micro Distrito Industrial Tecnológico	1	0,00	0	0
UFPR - Universidade Federal do Paraná	2	0,00	1	2
FUMSOFT - Sociedade Mineira de Software	1	0,00	0	0
UnB CDT - Incubadora de Empresas do Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico	1	0,00	0	0
Total	1024	654.748.599,52	63	177

Obs.: As instituições que aparecem com Valor Total Repassado para os Projetos, de R\$ 0,00, executaram projetos no ano base com recursos repassados no ano base anterior.

j) Regionalização dos benefícios socioeconômicos da Lei de Informática – tabelas e gráficos com a quantidade e valor total de projetos por Unidade Federativa (UF) e quantidade e valor total de projetos por região geográfica.

Tabela – Distribuição dos projetos de P&D por tipo e UF – Ano Base 2014

UF	Tipo de projeto	Quantidade	Valores (R\$)	Total por UF (R\$)
AC	Próprio	0	0,00	0,00
	Conveniado	0	0,00	
AL	Próprio	0	0,00	0,00
	Conveniado	0	0,00	
AM	Próprio	2	7.102.246,48	7.102.246,48
	Conveniado	0	0,00	
AP	Próprio	0	0,00	0,00
	Conveniado	0	0,00	
BA	Próprio	50	20.987.993,17	28.585.294,70
	Conveniado	16	7.597.301,53	
CE	Próprio	154	51.088.872,90	56.207.928,22
	Conveniado	10	5.119.055,32	
DF	Próprio	81	46.231.450,16	46.643.556,91
	Conveniado	5	412.106,75	
ES	Próprio	1	91.286,08	91.286,08
	Conveniado	0	0,00	
GO	Próprio	1	379.665,37	379.665,37
	Conveniado	0	0,00	
MA	Próprio	3	527.611,39	527.611,39
	Conveniado	0	0,00	
MG	Próprio	75	23.173.440,19	64.183.244,19
	Conveniado	303	41.009.804,00	
MS	Próprio	1	389.300,00	597.547,81
	Conveniado	1	208.247,81	
MT	Próprio	0	0,00	200.000,00
	Conveniado	1	200.000,00	
PA	Próprio	4	1.299.996,14	1.299.996,14
	Conveniado	0	0,00	

UF	Tipo de projeto	Quantidade	Valores (R\$)	Total por UF (R\$)
PB	Próprio	46	18.797.177,26	19.262.694,39
	Conveniado	2	465.517,13	
PE	Próprio	112	165.479.862,59	167.648.622,41
	Conveniado	12	2.168.759,82	
PI	Próprio	0	0,00	0,00
	Conveniado	0	0,00	
PR	Próprio	47	40.561.420,63	71.950.301,82
	Conveniado	156	31.388.881,19	
RJ	Próprio	5	9.199.100,07	10.182.311,05
	Conveniado	15	983.210,98	
RN	Próprio	7	959.679,30	959.679,30
	Conveniado	0	0,00	
RO	Próprio	0	0,00	0,00
	Conveniado	0	0,00	
RR	Próprio	0	0,00	0,00
	Conveniado	0	0,00	
RS	Próprio	57	31.052.120,64	144.341.616,20
	Conveniado	341	113.289.495,56	
SC	Próprio	59	11.697.351,74	64.718.162,69
	Conveniado	161	53.020.810,95	
SE	Próprio	1	145.756,28	145.756,28
	Conveniado	0	0,00	
SP	Próprio	318	403.398.111,00	839.995.322,87
	Conveniado	613	436.597.211,87	
TO	Próprio	0	0,00	0,00
	Conveniado	0	0,00	

A Tabela a seguir apresenta a quantidade e valor total de projetos de P&D executados, por região geográfica.

Tabela – Distribuição dos projetos de P&D por tipo e Região

UF	Tipo de projeto	Quantidade	Valores (R\$)	Quantidade Total	Total Regional (R\$)
Centro-Oeste	Próprio	7	820.354,00	90	47.820.769,00
	Conveniado	83	47.000.415,00		
Norte	Próprio	0	0,00	6	8.402.242,00
	Conveniado	6	8.402.242,00		
Nordeste	Próprio	40	15.350.633,80	413	273.337.586,80
	Conveniado	373	257.986.953,00		
Sul	Próprio	658	197.699.188,00	821	281.010.081,00
	Conveniado	163	83.310.893,00		
Sudeste	Próprio	931	478.590.227,00	1330	914.452.164,00
	Conveniado	399	435.861.937,00		

k) Apresentar providências adotadas em atenção às recomendações do Acórdão 3.695/2013-TCU-Plenário, subitens 9.8 e 9.9, e às do Acórdão 454/2014-TCU-Plenário, no que lhe couber.

No tocante às Avaliações Bienais da Lei nº 8.248/91 e Trienais da Lei nº 11.484/2007, essas não foram realizadas tendo em vista as restrições de recursos para custear esse tipo de atividade.

A mesma justificativa se estende para os estudos setoriais recomendados no Acórdão 454/2014-TCU/Plenário. Entretanto, a SEPIN está desenvolvendo esforços no sentido de utilizar os recursos previstos no inciso VII do art. 31 do Decreto no 5.906/2006.

l) Avaliação da SEPIN sobre o ambiente de gestão de riscos relacionados às políticas de renúncia de receitas – consignar os avanços estruturais obtidos pela unidade em relação às medidas para fazer frente aos eventos constantes da Matriz de Riscos do TC 015.436/2013-6.

No tocante à gestão de riscos e mais especificamente à Matriz de Riscos objeto do TC 015.436/2013-6 - TCU, a SEPIN vem constantemente sistematizando seus procedimentos operacionais, padronizando Pareceres, Roteiros de Inspeção, Relatórios de Inspeção, e geração de manuais para orientar a execução das principais rotinas.

m) Avaliação da SEPIN sobre a qualidade e a suficiência dos controles internos relacionados à gestão das políticas de renúncias de receitas – questionário preenchido sobre a qualidade do funcionamento dos controles internos administrativos relativos à gestão das políticas de renúncias de receitas a seu cargo.

As unidades da SEPIN responsáveis pela avaliação dos RDAs e dos pleitos de incentivos desenvolveram controles e procedimentos que auxiliam na gestão operacional dessas atividades.

Ainda não há um questionário e ainda não foi feita uma avaliação desses controles e procedimentos com vistas de avaliar sua eficácia.

n) Práticas de governança estabelecidas no exercício para o aprimoramento de controles internos das políticas de renúncia de receitas.

Foram estabelecidas práticas que aprimoraram o acompanhamento e geração de relatórios das empresas aptas à habilitação para novos incentivos.

o) Avaliação da SEPIN sobre a qualidade e a suficiência da Política de Segurança da Informação (PSI) para a gestão das políticas de renúncia de receita. Trabalhos realizados pela Controladoria-Geral da União.

A CGU via seu Assessor de Controle Interno possibilitou que representantes da SEPIN participassem de seminário, promovido pela ABIN, com foco na Segurança da Informação. Além do mais o assessor realizou reuniões com analistas da SEPIN com o propósito de orientar no entendimento da legislação de segurança da informação em vigor.

p) Atividades realizadas pelo Assessor de Controle Interno para orientar os gestores na condução das políticas públicas de renúncia de receita (Decreto 3.591/2000, art. 13, inc. I)

Essa prática ainda não foi adotada no âmbito do MCTI, com foco nas políticas públicas de renúncias sob gestão da SEPIN.

q) Atividades realizadas pelo Assessor de Controle Interno para acompanhar a implementação das recomendações do Sistema de Controle Interno e do TCU no que tange às políticas públicas de renúncia de receitas (Decreto 3.591/2000, art. 13, inc. V)

A SEPIN tem uma prática de recorrer ao Assessor de Controle Interno para orientá-la no atendimento das demandas formuladas pelos Órgãos de Controle, mais especificamente pelo TCU.

r) Balanço do Plano de Providências para estabelecimento de gestão de risco nas políticas públicas de renúncias de receitas em parceria com o TCU (TC 015.436/2013-6).

A SEPIN tem adotado medidas com vistas de mitigar os riscos identificados pelo TCU (TC 015.436/2013-6), inclusive estabelecendo procedimentos internos que aprimoraram o acompanhamento dos pleitos de habilitação e das cobranças débitos após a análise dos RDAs.

s) *Informações gerenciais e/ou estatísticas sobre a gestão das políticas públicas de renúncia de receitas a cargo da unidade.*

O Anexo Especial sobre Gestão de Políticas de Renúncia de Receitas – AGRE, anexo II deste Relatório de Gestão, contém informações gerenciais e estatísticas da gestão das políticas públicas de renúncias de receitas a cargo da SEPIN, mais especificamente da Lei de Informática – Lei no 8.248/91.

t) *Informações sobre eventuais trabalhos teóricos (acadêmicos ou não) de avaliação de impactos/resultados da Lei de Informática, executados ou concluídos no exercício pela unidade ou por terceiros (academia, consultorias, instituições contratadas) de conhecimento da Sepin/MCTI. Informar como/onde podem ser obtidos. Avaliar utilidade das conclusões para alimentar ajustes estratégicos ou operacionais na política.*

- **Complexo eletrônico: Lei de Informática e competitividade.** (BNDES Setorial 31, p. 5-48 - Regina Maria Vinhais Gutierrez);
- **Política de inovação no Complexo Eletrônico: o papel da Portaria 950/2006 MCT** (BNDES Setorial 39, p. 55-96 – Rivera, Ricardo et al.);
- **Política de Desenvolvimento Tecnológico Nacional no setor de TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação** (Publicado pela P&D Brasil, disponível em: <http://www.pedbrasil.org.br/ped/artigos/D31C773A79E13995.pdf>)
- **“Brazilian Manufacturing in International Perspective: A Global Value Chain Analysis of Brazil’s Aerospace, Medical Devices and Electronic Industries”;** Sturgeon, Timothy et al, CNI; disponível em: http://www.cggc.duke.edu/pdfs/CNI_Brazil_GVC_Report_Final_2013-09-05.pdf

u) *Autoavaliação da imagem da Sepin/MCTI perante seus clientes em relação à qualidade da gestão das políticas públicas de renúncia de receita.*

Para atender essa solicitação disponibilizaremos endereços eletrônicos de instituições de pesquisa e desenvolvimento que destacam a contribuição dos incentivos da Lei de Informática enquanto instrumento de promoção das atividades de P&D em TIC:

I – Instituto Eldorado: <http://www9.eldorado.org.br/>

II – ABINEE: <http://www.abinee.org.br/programas/imagens/lei.pdf>

III – BNDES:

http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Sala_de_Imprensa/Noticias/2010/todas/20100920_cartao_componentes.html

v) *Identificação clara e completa dos caminhos, no sítio na Internet da Sepin/MCTI, onde podem ser obtidas informações sobre os relatórios produzidos pela UPC, tais como: mapa estratégico, planejamento estratégico, organograma, relatórios de evolução dos objetivos estratégicos, indicadores de desempenho utilizados na gestão, balanços financeiros e orçamentários,*

relatórios de gestão, Relatórios de Auditoria de Gestão, regimentos internos e outros, discriminando a periodicidade de atualização dos documentos.

Destacamos:

I – página da SEPIN no site do MCTI: <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/73431.html>

II - mapa estratégico, planejamento estratégico, organograma, relatórios de evolução dos objetivos estratégicos, indicadores de desempenho utilizados na gestão: http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/363043/Planejamento_Estrategico_da_SEPIN.html

III – relatórios estatísticos dos resultados da Lei de Informática: <http://sigplani.mct.gov.br/>

IV - relatórios de gestão, relatórios de auditoria de gestão: <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/304641.html>

2.4.2 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

a) economicidade: mede o custo dos insumos e os recursos alocados para a atividade;

- Valor total do custo da Força de Trabalho da SEPIN: R\$ 3.166.180,92.
- Valor total gasto com capacitação da Força de Trabalho da SEPIN: R\$ 0,00.
- Número de profissionais alocadas na atividade de Concessão de Incentivos: 3
- Número de profissionais alocadas na atividade de Análise de RDAs: 6
- Número de profissionais alocadas na atividade de cancelamento de Incentivos: 1

b) eficácia: mede a quantidade de produto, alcance metas de entrega de bens e serviços;

- Número de novas empresas incentivadas em 2015: 56
- Número de empresas com incentivos cancelados em 2015: 46
- Número de RDAs analisados em 2015: 259

c) eficiência: mede relações entre quantidade de produtos e custo dos insumos ou características do processo, como o tempo de produção;

- Quantidade média de RDAs analisados por servidor no ano de 2015: 41 RDAs.
- Quantidade média de incentivos cancelados em 2015, por servidor: 46
- Quantidade média de incentivos concedidos em 2015, por servidor: 18

d) efetividade: mede o alcance dos objetivos finalísticos, traduzidos em solução ou redução de problemas na sociedade.

- Patentes geradas no ano de 2015: 63
- Publicações Técnicas geradas em 2015: 177
- Crescimento do montante de aplicação em P&D 2014 em relação a 2013: 24,75%

Ao Demonstrar os resultados dos indicadores, a UPC deve, sempre que possível, oferecer análise crítica dos resultados obtidos notadamente quando discrepantes do índice de referência ou dos índices previstos.

Os resultados dos indicadores não são os desejados pela SEPIN, mas estão consistentes com as atuais deficiências de plataformas computacionais de apoio as atividades de gestão e ao número de servidores atualmente disponíveis para desenvolver todas as atividades sob responsabilidades da Secretaria.